

# Itinerários terapêuticos e o bem viver do povo Guató de Mato Grosso

*Alessandra Alves de Arruda*<sup>1</sup>

*Marcos Aurélio da Silva*<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** O trabalho faz parte da dissertação de mestrado da primeira autora e apresenta uma etnografia sobre o itinerário terapêutico, a concepção de saúde e de doença e a ideia de bem viver sob a ótica dos Guató da comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso, região do Pantanal. Todos os dados aqui apresentados foram registrados por meio de pesquisas de campo, realizadas através de observações diretas, entrevistas informais, rodas de conversas na comunidade, participação em reuniões do conselho local de saúde e educação, oficinas de artesanatos de aguapé, oficinas da língua Guató, reunião com servidores da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e encontros durante datas comemorativas na Aldeia Aterrado.

**Palavras-chave:** cosmologia indígena; itinerário terapêutico; povo Guató; saúde indígena.

ARRUDA, Alessandra Alves; SILVA, Marcos Aurélio da. **Itinerários terapêuticos e o bem viver do povo Guató de Mato Grosso**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 361-396, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso, onde realizou seu mestrado em Antropologia, primeiro sob a orientação da professora Dr. Carmen Lúcia Silva e depois com o segundo autor deste artigo. Bolsista do CNPq/INCT Brasil Plural. Alessandra Guató, como era conhecida, lutou bravamente em defesa de seu povo, os Guató aqui etnografados por ela, e deixou esta pesquisa como legado antes de partir em novembro de 2023, uma semana após a defesa de sua dissertação de Mestrado.

<sup>2</sup> Mestre (2003) e Doutor (2012) em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva da UFMT. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Saúde Coletiva.

## Therapeutic itineraries and the good living of the Guató people of Mato Grosso

**Abstract:** The work is part of the first author's master's thesis and presents an ethnography on the therapeutic itinerary, the conception of health and illness and the idea of living well from the perspective of the Guató from the community of the Baía dos Guató Indigenous Land, located in the municipality of Barão de Melgaço, state of Mato Grosso, Pantanal region. All data presented here were recorded through field research, carried out through direct observations, informal interviews, community conversation circles, participation in meetings of the local health and education council, water hyacinth craft workshops, Guató language workshops, meeting with employees from FUNAI (National Foundation of Indigenous Peoples) and SESAI (Special Secretariat for Indigenous Health) and meetings during commemorative dates in Aldeia Aterrado.

**Keywords:** indigenous cosmology; therapeutic itinerary; Guató people; indigenous health.

## Itinerarios terapéuticos y el buen vivir del pueblo Guató de Mato Grosso

**Resumen:** El trabajo forma parte de la tesis de maestría del primer autor y presenta una etnografía sobre el itinerario terapéutico, la concepción de salud y enfermedad y la idea de vivir bien desde la perspectiva de los Guató de la comunidad indígena Baía dos Guató. Terreno, ubicado en el municipio de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso, región del Pantanal. Todos los datos aquí presentados fueron registrados a través de investigación de campo, realizada a través de observaciones directas, entrevistas informales, círculos de conversación comunitaria, participación en reuniones del consejo local de salud y educación, talleres de artesanía de jacinto de agua, talleres de lengua guató, reunión con empleados de la FUNAI (Nacional Fundación de los Pueblos Indígenas) y SESAI (Secretaría Especial de Salud Indígena) y reuniones durante las fechas conmemorativas en Aldeia Aterrado.

**Palabras clave:** cosmología indígena; itinerario terapéutico; pueblo Guató; salud indígena.

**A**o longo dos meus 40 anos de existência, muitas vezes tive que pegar carona para me deslocar da aldeia até a cidade para resolver assuntos de meu interesse e da comunidade, e principalmente para estudar, pois não tinha escola na minha comunidade. Durante muitas horas de viagem de barco eu vinha contemplando as belezas do Pantanal na plenitude de ser a maior planície alagada do mundo, além de poder observar várias mudanças no rio Cuiabá ao longo dos seus 115 quilômetros de extensão, saindo da Aldeia Aterrado, na Terra Indígena Baía dos Guató, município de Barão de Melgaço, até a localidade de Porto Cercado, município de Poconé, Mato Grosso. Durante todo esse tempo, aprendi que se não quisesse mais esperar pela carona, teria eu mesma que ir à mata e escolher uma árvore robusta para fazer a minha própria canoa e meu remo para poder decidir o tempo, a hora, o dia e a velocidade que queria navegar, os caminhos que pretendia percorrer e a hora para descansar ou de seguir em frente. Antes de seguir viagem, teria que aprender como construir essa canoa para que não fosse grande demais, que não seja possível conduzi-la, e nem muito pequena, que nela não coubesse a minha bagagem. Só agora, depois de anos fazendo o meu remo e a minha canoa, convido-lhes a navegarem comigo na minha humilde canoa por essas águas do rio Cuiabá, entre idas e vindas do território à cidade e da cidade para o território, entre corixos e baías.

Eu, Alessandra Guató, psicóloga e mestrandia em Antropologia Social, filha de um pescador profissional e de uma indígena do povo Guató, mãe da Walentyna Cuiava, apresento a vocês o meu trabalho de mestrado. Trata-se de um trabalho etnográfico, com registros fotográficos e narrativas das pessoas envolvidas na pesquisa. A coleta de dados se deu através de observações, conversas formais e informais, rodas de conversas na comunidade, reunião do conselho local de saúde e educação, oficinas de artesanatos de aguapé, oficinas da língua indígena Guató, reunião com servidores da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e datas comemorativas na Aldeia Aterrado ou Aterrado do Bananal.

A primeira parte tem o objetivo de apresentar o contexto histórico dos Guató da Terra Indígena Baía dos Guató, contado pelos próprios indígenas: como se deu toda a trajetória desde o processo de identificação da área como terra indígena até os dias atuais; quais as consequências e desavenças no entorno do território vindo em decorrência do processo de demarcação; as ameaças feitas pelos fazendeiros circunvizinhos e ribeirinhos da região, que reagiram de forma negativa ao processo demarcatório; as pessoas que foram aliciadas para depor contra o povo Guató em juízo, sob a alegação de que neste território não haveria indígenas, sendo que muitos receberam valor em dinheiro e em gado como forma de pagamento para depor à Justiça Federal a favor de fazendeiros que detinham posse da parte do território.

No ano de 2000, começou o processo de demarcação de parte do território: foram várias reuniões, entrevistas com a comunidade e rodas de conversa. Três anos depois, em 2003, foi concluído o laudo antropológico atestando o fato de

sermos Guató e, portanto, povo originário e pertencente à Terra Indígena Baía dos Guató. Anos depois, saiu a decisão para a demarcação física que é quando servidores da FUNAI fazem o trabalho de colocar as placas e os marcos delimitando o território, o que aumentou ainda mais as tensões e ameaças por parte dos fazendeiros.

Atualmente, a principal fonte de renda para a comunidade Guató vem da pesca artesanal e coleta de isca viva nos corixos<sup>3</sup> e baías, que são vendidas para os barcos-hotéis e pousadas da região. A sobrevivência também se dá através das pequenas roças de subsistência em pequenos aterros e outros locais. As plantações devem ser cuidadas com muita atenção durante os ciclos das águas, para não ser perdida toda plantação no período das cheias com as inundações.

Na segunda parte, faço uma abordagem sobre o itinerário terapêutico para o povo Guató e sua concepção de saúde e doença, e analiso as práticas de cura e saberes tradicionais mantidos no seu dia a dia da comunidade.

Para a conclusão dessa pesquisa de dissertação contei com o apoio de três grandes interlocutoras: Eunice (agente indígena de saúde), Sandra (xamã) e Teodorica (parteira [*in memoriam*]). Elas foram as pessoas decisivas para o desenvolvimento desta parte central do trabalho, pois são detentoras de conhecimentos tradicionais, que são repassados de geração a geração, incluindo práticas de curas e concepção de saúde e doença para o povo Guató.

Por muitos anos todos esses conhecimentos ficaram mantidos guardados no arcabouço das memórias individuais e coletivas. Mesmo com todo o processo da violação de direitos sofrido pelo povo Guató, como a invasão e a perda do território tradicional, esses saberes foram mantido vivos, inclusive sobre a medicina tradicional e a sabedoria para quando uma doença é possível de ser tratada na aldeia e quando a pessoa enferma precisa procurar uma unidade de saúde da medicina ocidental.

As práticas de cura e saberes tradicionais estão garantidos pela Lei Arouca, que cria o Subsistema de Saúde Indígena, vinculado ao SUS, preconizando um atendimento específico e diferenciado. Garante ainda que as práticas de cura peculiar dos povos originários devem ser respeitadas e que o atendimento da equipe multidisciplinar de saúde indígena deve respeitar e evitar que um conhecimento não sobreponha ao outro, mas que ambos dialoguem e se complementem, embora nem sempre seja feito dessa forma.

Com a rotatividade de profissionais das equipes de saúde fica muito difícil estabelecer um vínculo e um elo de confiança deles com a comunidade indígena, com a finalidade de conseguir desenvolver uma dinâmica de trabalho que atenda de fato as especificidades e esteja de acordo com a realidade do povo Guató. Sobre o assunto, vale dizer que o custo desse atendimento é alto porque todo deslocamento dos profissionais até as aldeias é feito via fluvial. Além disso, a organização social tradicional se dá por núcleos familiares, haja vista que na T.I. Baía dos Guató existem três aldeias ou núcleos familiares: Aldeia Aterrado ou Aterrado do Bananal, Aldeia Acuri, também conhecida como Coqueiro, e Aldeia São Benedito. Em alguns momentos, elas divergem em alguns assuntos e, em outros, convergem, mas sempre são unidas por laços de parentesco, solidariedade e unidade étnica. Há casamentos entre pessoas dos três núcleos e, na Terra Indígena Guató, parte da comunidade costuma ser matrilinear, em que a descendência vem da mãe e as mulheres assumem cargos de lideranças e de tomada de decisões nos

<sup>3</sup> Pequeno córrego formado no processo de cheia e vazante do Pantanal.

diferentes espaços da vida comunitária, pois os aterros não são próximos uns dos outros.

O povo Guató em Mato Grosso foi o único povo originário que, na abrangência do DSEI Cuiabá durante a pandemia de Covid-19, principalmente em 2020 e 2021, não registrou nenhum caso de óbito em decorrência da doença. Acredita-se que isso também tenha ocorrido pela forma com que as aldeias são organizadas e distribuídas espacialmente, pois muitas famílias vivem em pequenos aterros e distantes umas das outras, mas não isoladas, pois mantêm encontros periódicos. Isso também aconteceu pelos conhecimentos tradicionais das ervas medicinais que fazem uso no seu dia a dia, a alimentação a base de peixe, uma importante fonte de proteína animal, e da produção orgânica das roças de subsistência. Tudo isso contribui para a existência de uma boa segurança alimentar e uma boa imunidade, ficando assim o povo Guató livre das estatísticas de mortes decorrentes do novo coronavírus.

A organização social dos Guató, baseada em famílias autônomas e independentes, representa uma característica considerada fundamental para a sobrevivência física e cultural deste povo indígena ao longo do processo histórico de contatos com os não-índios (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; RIBEIRO, 2005). A existência de pequenos núcleos familiares dificultou, por exemplo, a propagação de doenças como a *bexiga* (varíola), utilizada no século XIX como arma biológica para a eliminação dos povos indígenas estabelecidos no Pantanal.

Além disso, os Guató seguem rigorosamente regras alimentares, pois em determinado período ou fase da vida há certos alimentos que não podem ser consumidos, principalmente pelas mulheres e crianças, porque isso pode fazer mal à saúde ou causar adoecimento sem cura, como explicado no decorrer desta dissertação.

Em todos estes temas, estamos tratando da concepção do bem viver sob a ótica do povo Guató e busco apresentar o que significa o bem viver para a comunidade da Aldeia Aterrado. A comunidade dali considera importante e decisiva à compreensão do bem viver a demarcação e a regularização do território tradicional, constituído por terras e águas, visto que o povo Guató é conhecido por ser um povo originário canoeiro do Pantanal. Além disso, valoriza o acesso à educação escolar específica e diferenciada, bem como o acesso a condições de vida digna como sendo fundamentais para o bem viver, o viver à nossa maneira. Viver assim é viver sem conflitos entre as famílias e em equilíbrio com os recursos ambientais existentes no território, incluindo o consumo de água potável e o acesso à saúde específica e diferenciada porque a comunidade não está imune às doenças do mundo contemporâneo. Viver bem no território tradicional significa ainda poder plantar e colher, criar animais (porcos, galinhas e outros) e ter peixe em abundância para poder comer.

Portanto, viver desta maneira é ter acesso à alimentação em quantidade e qualidade o suficiente para alimentar a todas as famílias. Também implica na capacidade de proteção do território tradicional, para que não haja invasão e não aconteça mais a queimada de nossas matas, como ocorreu em 2020, e para que os animais sejam protegidos e preservados. Com tudo isso, nossos anciões terão saúde suficiente para viverem com tranquilidade e poderem nos ensinar os conhecimentos e saberes ancestrais. Essas condições remetem ao desejo da comunidade de haver as condições para as famílias viverem bem dentro do próprio território, inclusive com a geração de renda sem que seus membros precisem sair

da aldeia para trabalhar nas fazendas existentes no entorno do território ou trabalhar nos barcos-hotéis e pousadas, correndo o risco de perderem o vínculo com sua família e com a comunidade.

Por isso é preciso conscientizar as pessoas sobre o aquecimento global e o quanto isso interfere sobre nossas vidas e, a respeito das PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), o quanto elas prejudicam e interferem no ritmo das águas dos rios. Sobre o assunto, os Guató têm observado que houve mudanças desde a criação da Usina Hidrelétrica de Manso, da empresa Furnas Centrais Elétricas, localizada na bacia do rio Manso. Sua construção e funcionamento passou a prejudicar a dinâmica das águas e da vida no Pantanal, principalmente ao longo do vale do rio Cuiabá e afluentes: os corixos e as baías não enchem mais como antigamente, houve grande diminuição da quantidade de peixes e rios foram assoreados e cada vez mais poluídos. Isso tudo é muito triste para o povo Guató porque as águas estão diretamente ligadas a nosso modo de vida tradicional.

Para que o bem viver aconteça é preciso que cada um de nós, indígenas e não-indígenas, colabore e contribua para que possamos ter uma vida melhor e chegar à concretude do tão almejado bem viver sob a ótica do povo Guató porque todos somos responsáveis pela preservação e proteção do Pantanal e, conseqüentemente, por tudo que existe de vida no território tradicional. Espera-se, assim, que que nossos jovens consigam estudar na cidade e retornem à aldeia para poderem ajudar a comunidade, conseguindo trabalhar e desenvolver suas habilidades em benefício do fortalecimento da nossa cultura, língua e artesanato, incentivando as crianças a darem continuidade ao nosso modo de ser e existir no Pantanal.

Neste sentido, a comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató tem pensado em criar um memorial da cultura Guató, bem como uma biblioteca indígena com acervos digitalizados e tudo mais numa forma de fortalecer os conhecimentos tradicionais e dar visibilidade ao povo Guató. Por muito tempo, este povo permaneceu invisibilizado em todas as instâncias dos governos, perante a sociedade nacional e para as ações das políticas públicas do Estado brasileiro. Apesar desta situação histórica, o povo Guató sempre deu importantes contribuições para o Brasil, como durante a guerra contra o Paraguai (1864-1870), na descoberta e exploração de ouro nas Minas do Cuiabá (século XVIII) e em outros momentos da história de Mato Grosso. Portanto, o Estado nacional possui uma dívida histórica com o povo Guató em Mato Grosso, incluindo a comunidade da Aldeia Aterradiño do Bananal.

## Terra Indígena Baía dos Guató

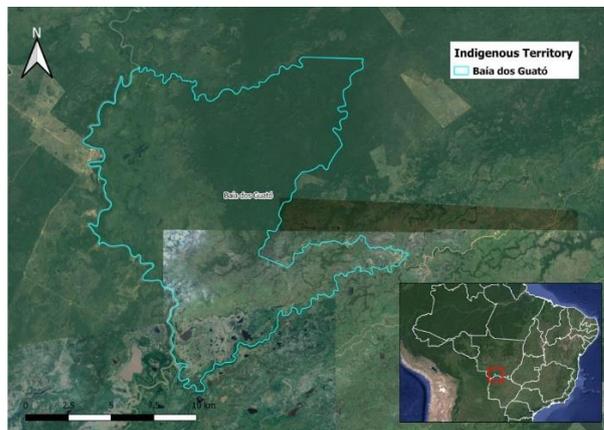


Figura 1 – Localização da Terra Indígena Baía dos Guató no estado de Mato Grosso.

A Terra Indígena Baía dos Guató, com 19.164 hectares, está localizada no município de Barão de Melgaço e nos limites com o município de Poconé, no estado de Mato Grosso, às margens do rio Cuiabá e afluentes, distando cerca de 115 quilômetros, pelo rio Cuiabá, uma média de quatro horas de barco, até a localidade de Porto Cercado. Os estudos de identificação e delimitação tiveram início no ano 2000 (Processo FUNAI/BSB 2.094/2000), que indica uma superfície de 19.164 hectares para a totalidade da área de ocupação tradicional. O relatório de identificação e delimitação foi aprovado pela Presidência da FUNAI, com declaração em 2001, através da Portaria 1.145/PRES, de 8 de novembro de 2000. A população local está distribuída em três aldeias: Aldeia Acuri, antigamente chamada de Coqueiro, situada às margens do Corixo do Bébe; Aldeia São Benedito às margens do rio Perigara e próxima do rio São Lourenço; Aldeia Aterrado ou Aterrado do Bananal, às margens do rio Cuiabá.

A língua Guató está vinculada à família linguística Guató e ao tronco linguístico Macro-Jê. Este povo originário é reconhecido como o último povo de tradição canoieira do Pantanal e um dos últimos de todo o continente americano (EREMITES DE OLIVEIRA 1996, 2002).

Um dos primeiros registros considerados etnográficos do povo Povo Guató foi feito pelo desenhista e cronista Hercule Florence que, na segunda década do século XIX, fez parte da Expedição Langsdorff que percorreu os rios e cidades do Centro-Oeste e da Amazônia:

As imagens dos povos indígenas produzidas pelos diferentes agentes da colonização são reveladoras da relação dos povos indígenas com a sociedade nacional e são carregadas de representações sociais. As representações produzidas no século XIX sobre os indígenas são reproduzidas pelo aparelho político e por diferentes segmentos sociais do Brasil até os dias atuais. A relevância de analisar as representações do povo Guató na obra de Hercule Florence é justificada por tratar-se de um registro produzido durante o período de construção do Estado e da nação brasileira, além de marcar a intensificação da instalação das fazendas de criação de gado na região. A partir do século XIX muitas famílias Guató foram expulsas de seu território tradicional para dar lugar à atividade pecuária no Pantanal, e muitas destas famílias atualmente vivem nas periferias dos municípios de Cuiabá, Poconé e Cáceres. (MATOS, 2020: 13)



**Figura 2** – Guató, quadro de Hercule Florence, do início do século XIX, Fonte: MATOS, 2020: 86.

Outro importante estudo sobre o povo Guató foi realizado pelo etnólogo alemão Max Schmidt (1874-1950), durante os anos de 1901, 1910 e 1928, que apresentou uma importante contribuição para o conhecimento da história, costumes, cultura material e imaterial e do idioma dos Guató (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, 2002; MATOS, 2020). Ele, porém, não realizou estudos na área correspondente à Terra Indígena Baía dos Guató, tampouco junto a famílias Guató à época estabelecidas na bacia hidrográfica do rio Cuiabá.

No século XIX e durante a época de Max Schmidt, cada família Guató costumava possuir dois tipos distintos de moradias, a casa tradicional e os abrigos provisórios, que eram utilizadas de acordo com os ciclos de cheia e seca da região. As casas tradicionais eram construídas para durarem muitos anos e mais utilizadas nos períodos de seca. Durante o período das cheias, as famílias passavam a utilizar os chamados abrigos provisórios (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996; MATOS, 2020). Esta característica da organização social dos Guató garante a mobilidade espacial necessária para garantir um menor impacto negativo sobre o meio ambiente pantaneiro, o que comprova a existência de uma forma de adaptabilidade ecológica em equilíbrio com os recursos ambientais do Pantanal (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996). A palmeira acuri ou bacuri, utilizada até os dias atuais para fazer cobertura de casas e salão de reunião, é uma das principais espécies vegetais utilizadas pelos indígenas, pois dela é extraído desde a matéria-prima para fabricar artesanatos e habitações, além de produzir bebida fermentada e outros alimentos consumidos pelo povo (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996; 2002).

Após os grandes incêndios florestais que ocorreram em 2020, quando devastaram grande parte do Pantanal e praticamente toda a Terra Indígena Baía dos Guató, muitos acurizais foram queimados e destruídos. Com isso, a comunidade perdeu milhares de acuris, cuidadas e usadas para vários fins pelas famílias, inclusive para fazer a cobertura das casas. Por conta disso, os Guató da região tiveram que mudar um pouco a cobertura de suas casas, passando a usar telhas de barro ou de fibrocimento, do tipo “Eternit”, para a construção de suas moradias porque não há mais acuris suficientes para ser extraído e usado para esta finalidade.

Quanto à organização familiar do povo Guató, a configuração social se dá por meio de núcleos familiares, cada qual em seu aterro ou outro lugar de habitação. Ao contrário de outros povos indígenas que vivem em Mato Grosso, como os Xavante, Boe-Bororo e Rikbaktsa, que se organizam em aldeias compostas por várias famílias, a organização dos Guató é baseada em núcleos familiares autônomos. Até pouco tempo, o povo Guató não vivia aldeado, mas, ao contrário, organizava-se em núcleos familiares independentes e autônomos uns dos outros. No entanto, apesar de cada família possuir seu próprio espaço de cultivo e moradia, viviam próximas umas das outras e mantinham contato frequente entre seus membros.

Na TI Baía dos Guató atualmente existe três parentelas ou núcleos familiares que mantêm relações de parentesco, reciprocidade e solidariedade entre si e fazem parte das aldeias existentes no território: núcleo familiar do Senhor Domingos (1), núcleo familiar da Dona Sandra (2) e núcleo familiar da Dona Antônia, mais conhecida como Kitita (3).



**Figura 3** - Núcleos familiares da TI Baía dos Guató.

Os dois primeiros núcleos possuem laços de consanguinidade constituído por meio de casamentos e compadrio. Sobre o terceiro grupo, até o momento o que sabe é que não existiria nenhum grau de parentesco por consanguinidade ou casamento com pessoas dos outros dois núcleos familiares. Ocorre que até pouco tempo o terceiro núcleo familiar morava fora do território, na cidade de Poconé e em pousadas do Pantanal, fazendas e outros lugares da região. Seus membros adultos, juntamente com os filhos, vieram para o território após a identificação e delimitação da Terra Indígena Baía dos Guató. Após o processo de demarcação física e colocação do emplacamento delimitando a área, os fazendeiros desocuparam a sede da Fazenda Coqueiro e, anos depois, algumas famílias Guató que moravam fora do território passaram a ocupar o lugar. Atualmente lá funcionam três salas de aulas anexas vinculadas a uma escola do Estado, com sede no Distrito de Cangas, município de Poconé.

O povo Guató, povo originário do Pantanal, ocupa continuamente a área da Terra Indígena Baía dos Guató desde tempos imemoriais, antes do início do século XVIII, quando os paulistas começaram a explorar ouro nas Minas do Cuiabá. Por isso é considerado o povo canoeiro originário mais antigo do Pantanal (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996; 2002).

De acordo com Eremites de Oliveira (1996; 2022), em meio às disputas entre brasileiros e paraguaios, os Guató se posicionaram ao lado dos brasileiros por identificarem os paraguaios com um de seus maiores inimigos históricos: os espanhóis. Segundo o referido autor, os povos indígenas do Pantanal lutaram durante a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai e auxiliaram as tropas brasileiras em diversos momentos, inclusive guiando-as desde Cuiabá a Corumbá em 1867.



**Figura 4** – Cacique Carlos Henrique Guató, indígena da Aldeia Aterrado, fotografado por José Medeiros.

Por serem considerados canoeiros por excelência, a habilidade e a prática de navegar em canoas construídas a partir de troncos de árvores, os Guató perpetuam até os dias atuais o modo de vida canoeiro: produzem canoas e remos e se locomovem remando em pé com muita confiança e maestria, mantendo viva a sua identidade Guató e mantendo conhecimentos e habilidades nas atividades de pesca em rios, corixos e baías.

A ocupação dos Guató na região do Pantanal permaneceu relativamente estável até a primeira metade do século XVIII. Depois disso, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, houve a intensificação do processo de ocupação não-indígena da região do alto curso do rio Paraguai, principalmente após a guerra contra o Paraguai.

Em relato publicado em 1876, pelo então presidente da Província de Mato Grosso, Couto de Magalhães, consta o registro da importante presença e contribuição dos Guató ao Exército Brasileiro. Quando começaram os processos de invasão e perda dos territórios Guató para criadores de gado, muitas famílias fizeram um processo migratório para a periferia de cidades da região, como Corumbá, Ladário, Poconé, Várzea Grande, Cuiabá e Cáceres. Passaram a viver num contexto de fricção interétnica, desfavorável à perpetuação da própria cultura e dos saberes tradicionais. Por este motivo, a língua Guató foi um dos elementos da identidade cultural que ficou adormecido no arcabouço da memória e, por não ser praticada no dia a dia, permaneceu esquecida para parte deste povo indígena. Hoje em dia, contudo, está sendo desenvolvido um projeto de revitalização da língua Guató na Aldeia Aterrado, feito em parceria com a FUNAI, CEEI e Unemat. Isso também é uma forma de resistência, haja vista que muitos Guató foram morar e trabalhar nas fazendas da região, em terras na posse dos criadores de gado e lá foi preciso ter diversas estratégias de sobrevivência.

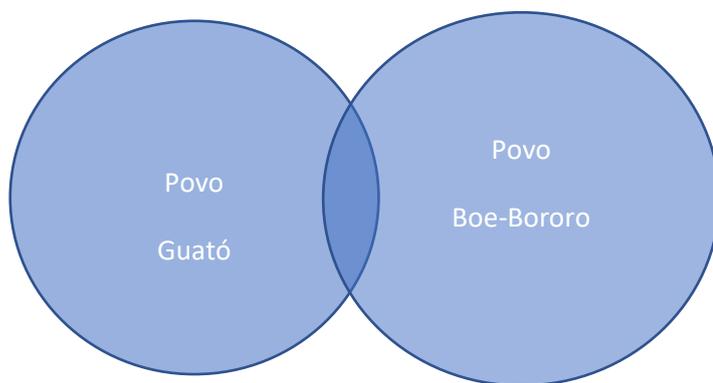
Apesar de todas essas privações de direitos, as famílias Guató conseguiram manter viva na memória as rezas, benzimentos, remédios da medicina e alimentação tradicionais como forma de resistência para sua existência enquanto povo. Toda essa trajetória, desde o processo de identificação da área como uma terra indígena até a demarcação física, trouxe consequências e desavenças no entorno do território com certos fazendeiros e seus aliados. As ameaças de violência passaram a ser frequentes por parte de fazendeiros circunvizinhos e ribeirinhos da região, sendo que muitos deles foram aliciados a depor contra o povo Guató em Juízo, alegando que no território não havia população indígena alguma. Muitos desses depoentes receberam valor em dinheiro e em gado como forma de pagamento para depor na Justiça Federal a favor de fazendeiros que detinham a posse de parte do território.

Em primeiro momento, no início do processo de reconhecimento étnico e dos direitos territoriais do povo Guató em Mato Grosso, os Boe-Bororo de Aldeia Perigara, no começo ajudaram os Guató e à época afirmaram em depoimento que o povo Guató sempre estiveram naquele território e mantinha contatos amistosos com eles. Disseram ainda que precisávamos do nosso território demarcado para podermos ter acessos às políticas públicas oficiais, como atendimento à saúde específica e diferenciada, acesso à educação diferenciada e assistência social, dentre outros benefícios destinados aos indígenas aldeados, direitos estes ofertados pela FUNASA, DSEI, FUNAI, SEDUC e município de Barão de Melgaço. Esses depoimentos podem ser confirmados através do filme sobre o povo Guató, chamado *500 Almas*, de 2004.

Anos depois, pelo menos cinco lideranças da Terra Indígena Perigara foram aliciados e receberam de fazendeiros uma quantia em dinheiro e outra em gado

para fazer churrasco. Em contrapartida, teriam que depor em juízo negando conhecer os Guató e qualquer existência deste povo nessa região. Todavia, um indígena do próprio povo Boe-Bororo, ao saber de toda a situação e não compactuando com a mesma opinião, deu um jeito de se deslocar da sua aldeia, no rio São Lourenço, até à Aldeia Aterrado do Bananal, no rio Cuiabá, para avisar o cacique Guató do que iria acontecer e para que fossem tomadas as devidas providências em relação ao assunto.

Embora isso tenha acontecido, faz-se importante registrar que os Guató da região e os Boe-Bororo de Perigara mantêm uma relação amigável de boa vizinhança. Mesmo cada povo morando em seu território de origem, trocam cumprimentos de cordialidade quando se encontram e mantêm alguns casamentos interétnicos entre os dois povos.



**Figura 4** – Casamento interétnico entre Guató e Boe-Bororo

Quando se faz necessário para atendimento à saúde, os Guató e os Boe-Bororo se deslocam para cidade dividindo o mesmo transporte fluvial (barco) e o terrestre (carro) da SESAI. Às vezes pernoitam na Unidade de Saúde da Aldeia Aterrado para, no dia seguinte, completarem a viagem até as cidades de Poconé ou Cuiabá. Quando retornam de lá, pernoitam no mesmo lugar para somente no outro dia os Boe-Bororo seguirem viagem para a Aldeia Perigara, no alto curso do rio São Lourenço. A situação indicada reforça a afirmação dos dois povos não serem inimigos, apesar das divergências ocorridas envolvendo o processo de demarcação da TI Baía dos Guató. Além disso, algumas famílias têm em comum o compadrio, sendo padrinhos e madrinhas de crianças Guató e Boe-Bororo.

Durante todo esse processo momentaneamente conflituoso, que é comum no processo demarcatório de terras indígenas no estado, os Guató tiveram a presença inesperada de indígenas do povo Xavante, os quais haviam sido convidados para fazer uma participação cultural num evento chamado Circuito das Águas, que aconteceu em 2000 na cidade de Poconé. Após o evento, uma das fazendeiras da região, conhecida por Maria Emília, que tinha posse da área correspondente à da Aldeia Aterrado, ao saber que os Xavante era um povo guerreiro temido como bravo no tom de falar, contratou-os para irem expulsar uns posseiros que estariam em sua fazenda. Os Xavante, por sua vez, sem saber da verdade aceitaram a proposta e, chegaram ao Aterrado do Bananal, ficaram a noite toda numa cantoria conforme, relatou a dona Sandra Guató. O plano deles era atear fogo na casa onde morava uma família Guató, que era feita de palafitas, e isso seria feito durante a noite; quando os moradores dali saíssem para fora da casa,

os Xavante matariam um a um. A dona Sandra Guató acredita que isso não aconteceu porque houve a proteção da ancestralidade Guató, que os salvou. A fazendeira deixou os Xavante ali sem nada para se alimentarem durante toda a noite e foi se hospedar na sede da fazenda, de onde seguiu viagem no dia seguinte de avião *teco-teco*, retornando à cidade de Cuiabá. No dia seguinte, ao se deparar com a dona Sandra e sua família, os Xavante perceberam que haviam sido enganados e que se tratava dos Guató morando na Aldeia Aterrado e não os posseiros, como haviam sido informados incorretamente. A dona Sandra então lhes ofereceu alimento pela manhã e eles, percebendo o erro, ficaram todos envergonhados. Como nem todos os Xavante que ali estavam falavam em língua portuguesa, aquele que conseguia comunicar um pouco contou os verdadeiros motivos de estarem ali, e ainda pediram desculpas e solicitaram apoio para retornarem à cidade, o qual lhes foi dado como apoio para o retorno da Aldeia Aterrado até o Porto Cercado.

Passado algum tempo, tivemos a visita de uma grande defensora do povo Guató e que contribuiu muito na luta pelo reconhecimento étnico e dos direitos territoriais dos Guató, tanto em Mato Grosso do Sul quanto em Mato Grosso, a salesiana Irmã Ada Gambarotto. Na época, os fazendeiros locais também tentaram aliciá-la, oferecendo passagem de avião para levá-la até o território Guató no rio Cuiabá, sob a condição que não desse nenhum depoimento a favor dos indígenas. Ela, por sua vez, não aceitou a proposta indecorosa. Por conta disso, a religiosa sofreu uma série de pressões políticas e até ameaças de violência física por parte dos fazendeiros, mas sempre manteve firme na sua decisão de não prejudicar ou contar mentiras sobre os Guató. Em um dos seus relatos, quando visitou a Aldeia Aterrado do Bananal, ela disse as seguintes frases aos fazendeiros que “uma mãe não pode abandonar seus filhos e que jamais iria prejudicar os Guató”. Hoje a Irmã Ada mora na inspetoria local onde ficam as irmãs salesianas que estão com alguma enfermidade ou já estão com uma idade avançada e estão fora das suas atividades laborais e religiosas.

No início de todo esse processo, pelo menos duas famílias da Aldeia Aterrado tiveram suas casas destruídas e queimadas por funcionários de fazendeiros, na tentativa de promover a expulsão dos Guató da localidade e interromper a ocupação tradicionais. Muitos fazendeiros não aceitaram a demarcação física da Terra Indígena Baía dos Guató e arrancaram as placas de identificação, colocadas pela FUNAI, jogando-as no rio. Além disso, continuaram fazendo muitas ameaças com frequência. Em abril de 2018, finalmente saiu à decisão de homologação da TI Baía dos Guató, que foi a última terra indígena do Brasil a ser demarcada e assinada pelo então presidente Michel Temer. Logo em seguida, no entanto, veio a divulgação da tese oficial do marco temporal, o que fez com que parcialmente suspendesse as demarcações de vários territórios tradicionalmente ocupados. Com isso, os fazendeiros contrários à regularização da Terra Indígena Baía dos Guató aproveitaram a ocasião para ingressarem com vários processos na Justiça Federal de Cuiabá, pedindo anulação do processo demarcatório.

O povo Guató de Mato Grosso ainda aguarda a consolidação das ações governamentais para a regularização da Terra Indígena Baía dos Guató. A terra teve sua demarcação administrativa homologada através do Decreto 9.356, de 26 de abril de 2018. O processo de regularização da área foi suspenso em decisão liminar, através de uma sentença expedida no dia 14 de dezembro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em maio de 2022, saiu a decisão de reintegração de posse da T.I. Baía dos Guató, o que ocorre ao longo de várias denúncias feitas à FUNAI, ao Ministério

Público Federal e a ONGs indigenistas. Isso foi feito durante audiência pública e pelo movimento indígena. Eu mesma fiquei muito contente ao ler o documento de decisão de reintegração de posse. Isso aconteceu com bases nos ofícios que encaminhei às autoridades pedindo ajuda em favor das famílias que estavam vivendo uma situação de risco de vida e sob ameaças de pistoleiros contratados por fazendeiros e advogados. Toda essa pressão foi feita para forçar as famílias a desocuparem uma parte do território e, assim, concretizar o crime de remoção forçada ou esbulho. Teve ameaça de morte durante discussão verbal e oferta em dinheiro para desocupar o território. Felizmente, após vários encaminhamentos saiu a decisão, defendida pelo MPF em Cuiabá, com parecer favorável à reintegração de posse em favor do povo Guató.

Assim consta sobre a decisão judicial: “Diante dos fatos, o MPF entrou com o pedido de Cumprimento Provisório de Sentença, com pedido de tutela específica, que foi aceito pelo juiz federal no exercício da titularidade da 2ª Vara Federal em Mato Grosso, Hiram Armênio Xavier Pereira. Na decisão, o magistrado determinou que a reintegração de posse da área fosse realizada no prazo de 15 dias. Além disso, que tanto a fazendeira em questão quanto seus funcionários não realizem qualquer tipo de comunicação ou contato com os moradores da Aldeia Aterradiño, localizada no interior da TI Baía dos Guatós, e nem realizem atos que possam causar medo e insegurança à comunidade indígena. Foi fixada multa diária de R\$ 5 mil, em caso de descumprimento da decisão”. Esta decisão foi publicada no dia 26 de abril de 2022, às 13h13, tendo sido atualizada no dia seguinte, às 8h03. Entretanto, o que tem preocupado as lideranças e as famílias Guató é a morosidade do processo porque a decisão é de abril de 2022 e, passados quase um ano, ainda parte do território encontra ocupado por funcionários de fazendeiros.

Ao consultar informações sobre o processo com coordenador da FUNAI em Cuiabá o mesmo fala que o assunto está nas mãos da Justiça e o órgão indigenista aguarda os procedimentos do MPF. Enquanto aguarda a conclusão do processo, a FUNAI em Brasília, até dezembro de 2022 alinhada com o governo Bolsonaro, determinou a retirada de pelo menos três projetos de sustentabilidade e segurança alimentar que seriam destinados à comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató. Os projetos já estavam aprovados e com os devidos recursos para serem implementados. Tudo isso aconteceu após a visita da servidora pública Joseane, da CGE Etnodesenvolvimento na Coordenação de Cuiabá, para pedir a suspensão dos projetos, bem como transferir ou remanejar os recursos a eles vinculados para outros povos jurisdicionados pela CR Cuiabá.

A principal fonte de renda dos Guató da TI Baía dos Guató vem da pesca artesanal e da coleta de isca viva nos corixos e baías e que são vendidas para os barcos-hotéis e pousadas da região. Um dos projetos cancelados para o povo Guató foi justamente o que ajudaria nas compras de materiais e apetrechos para coleta da isca viva, pesca e o transporte para retirada dos produtos dessas atividades. Com esse apoio aumentaria a rendas das famílias envolvidas no projeto, permitindo assim umas melhores condições socioeconômicas. Por isso, para os Guató da Terra Indígena Baía dos Guató se torna de extrema importância a conclusão do processo demarcatório da área para que possam ter acesso a políticas públicas. A política implantada no atual governo federal tem negado os direitos dessas famílias. O que os órgãos de proteção deveriam assegurar e garantir é que esse povo viva com dignidade em seu território, ao invés de negar assistência aos indígenas usando diversas justificativas injustificáveis e perversas.

O povo Guató tinha ainda o interesse em desenvolver um projeto de etnoturismo, haja vista ser e viver uma região bonita do Pantanal e ter na área vários

corixos, baías e ninhais, onde é possível ver onças-pintadas com facilidade. Por isso seria muito importante discutir uma forma de geração de renda e sustentabilidade para as famílias, mas esse projeto, assim como os outros, foi cancelado também e sem perspectiva de continuidade. Diante da situação, muitos jovens saem para trabalhar fora da aldeia e não retornam mais por conta da insegurança financeira, o que favorece a um processo migratório marcados por idas e vindas ao território.

## Sustentabilidade e segurança alimentar



Figuras 6, 7, 8 e 9 – Roça de toco, fotografada por Alessandra Guató.

A percepção dos Guató sobre o tempo e espaço está intimamente relacionada aos ciclos das águas respeitando os dois ciclos, de seca (de junho a novembro) e de cheia (de dezembro a maio), comuns no ecossistema pantaneiro.

O ciclo lunar é respeitado, havendo “luas boas” para a pesca. Os ventos também são observados, especialmente na época da caça (EREMITES DE OLIVEIRA, 1995; SILVA, 1998; RIBEIRO, 2005). Podemos chamar de marcadores do tempo

no calendário das atividades Guató, são esses marcadores que definem as atividades a serem desenvolvidos no decorrer do ano todo, se vai ser um ano bom para o plantio, a pesca, a caça, a coleta da isca viva, dia certo para tirar madeira para construção de casas fabricação de canoa, já que é preciso escolher um dia de lua boa para a madeira não danificar rápido e ter maior durabilidade.

Para o cultivo de certas espécies de plantas também é de suma importância observar as fases da lua e o período certo para o plantio, para que não haja perda com ataque de insetos e falhas na germinação das sementes plantadas de acordo com a cosmologia Guató.

Para subsistir e manter viva a cultura, o povo Guató vem mantendo suas roças de toco, com produção orgânica e sem o uso de nenhum tipo de agrotóxico. Costuma-se cultivar plantas frutífera e outras variedades de alimentos vegetais, como abóbora, mandioca, banana, batata-doce, cará, quiabo, maxixe, milho, melancia, melão, limão, manga, caju, ata (pinha), laranja, cana-de-açúcar, jenipapo, amora, graviola e goiaba, entre outros. De acordo com Eremites de Oliveira (1995), a diversidade biológica da região favorece a uma coleta diversificada de várias espécies florísticas, mel de abelhas, ovos de aves e répteis e moluscos.

Cada núcleo familiar planta em seu devido aterro, mas quando fazem a colheita mantêm-se o hábito de dividir a produção com outras famílias da aldeia e, dessa maneira, perpetuar a tradição da reciprocidade e ajuda mútua. Assim também se faz com a caça e a pesca, quando se tem em abundância, dividindo pedaços da caça com os demais membros do núcleo familiar e de outros núcleos familiares. Acredita-se que as partilhas fazem com que nunca falte alimento em casa ou em qualquer outro lugar e que sempre haverá comida por onde quer que se vá, conforme foi relatado por dona Sandra Guató, que sempre prepara uma certa quantidade de comida para que todos da casa possam comer e com sobra para que na eventualidade saciar a fome de quem ali chegar.

Segundo os autores consultados, os Guató viviam tradicionalmente da pesca, da caça, da coleta e da agricultura. A pesca era realizada com canoa durante o ano inteiro e por todos os membros da família. Usavam o arco e a flecha e preferiam o pacu. A caça também era realizada com arco e flecha, além de armadilhas, bodoques e zagaias. As presas eram as mais variadas espécies de animais, sendo a mais apreciada o jacaré (EREMITES DE OLIVEIRA, 1995; RIBEIRO, 2005; SILVA, 1998). Mesmo mantendo esses costumes tradicionais, os Guató têm uma prática diversificada de atividades econômicas: trabalhadores da Saúde Indígena, trabalhadores da educação, trabalhadores das fazendas e barcos-hotéis. Mas a grande maioria das famílias tem como a principal atividade econômica a coleta e venda de isca viva (tuvira).

Mesmo com mudanças de hábitos alimentares, os Guató ainda consomem peixes das mais variadas espécies (pacu, cachara, pacupeva, piraputanga, piranha), geralmente preparadas de modo assado, frito ou ensopado com banana verde.

De acordo com referenciais teóricos, a palmeira acuri era essencial, pois era explorada de várias maneiras: retiravam chicha (bebida), confeccionavam utensílios, além de aproveitarem o fruto na alimentação (EREMITES DE OLIVEIRA, 1995; RIBEIRO, 2005; SILVA, 1998). E ainda continua sendo importante e muito utilizada no cotidiano do povo Guató para cobertura de casa e outras utilidades, além de ser muito apreciado pelas araras

Diante de vários depoimentos e estudos publicados, podemos assim afirmar que não condiz com a realidade dos Guató aquela afirmação do governo de que os territórios indígenas não são produtivos, muito pelo contrário. A terra é muito

produtiva e capaz de garantir a soberania e a segurança alimentar em quantidade e qualidade para as famílias que vivem no território, sem que as atividades possam comprometer a preservação do bioma Pantanal. Vale apenas ressaltar que a limpeza e preparação da terra são realizadas pelos homens, mas o plantio e os cuidados diários têm sido feito pelas mulheres e crianças.

Um das atividades dos Guató é a coleta de mel e para isso às vezes andam quilômetros de distância para tirar o mel. Essa coleta é feita apenas fazendo fumaçê para espantar as abelhas, ou *oropa*, como muitos falam. Geralmente esta atividade é restrita aos homens e aos jovens. Ao mesmo tempo, é feita a colheita de frutas nativas, como roncador, acopari, acaíá, ingá, marmelada, goiabinha, laranjinha, coqueirinho, canjicão, jenipapo e sapatá, dentre outros frutos. Alguns são do consumo humano e outros servem como isca para pescar. Ao consumir as frutas é preciso tomar alguns cuidados, como, por exemplo, evitar a mistura de uma fruta com a outra, que pode dar cólica intestinal e até levar a óbito, segundo os relatos.

Ainda falando a respeito da sustentabilidade no território Guató, o que se tem buscado é melhorar a capacidade de produção de forma sustentável. Para isso tem sido buscado entender um pouco mais sobre o sistema de agroecologia e permacultura. Neste sentido, pode-se afirmar que a comunidade está em permanente busca da garantia da soberania e segurança alimentar. É preciso pensar na sustentabilidade dentro dos nossos territórios, para que evitemos sair da aldeia em busca de alimentos, pois em tempos de pandemia de Covid-19, a circulação para fora do território foi evitada ao máximo e restrita. Somente saíam aqueles que precisavam para fins de tratamento de saúde, permanecendo no local de tratamento.

Nesse período, intensificou-se mais ainda a produção das roças e de hortas. Em alguns relatos, foi apresentada a preocupação com a produção de alimentos, ou seja, fortalecer e melhorar a quantidade e qualidade da produção das nossas roças, hortas e com a criação de frango e porco. Os alimentos derivados da agricultura e familiar também tem que garantir uma produção de qualidade e quantidade, suficiente para o sustento e para comercialização de excedente, gerando assim uma renda para cada família.

Pensando em renda familiar ou mesmo para cada núcleo familiar, os Guató têm buscado apoio técnico para melhorar a produção de seus cultivares e para saber quais espécies de fora se adaptam à região pantaneira. A permacultura, criada na década de 1960, surge para demonstrar que a fome mundial seria resolvida utilizando técnicas e medidas naturais, ao invés de alterações genéticas. Atualmente o termo é associado ao cultivo permanente das condições de vidas, levando em consideração a preservação do meio ambiente, o plantio de alimentos, a produção de energias, o equilíbrio entre relações, a valorização de princípios éticos e a redução do consumo e do desperdício (PETAMBIENTAL, 2019).

Segundo Petambiental (2019), a permacultura busca criar sistemas funcionais de produção que supram as necessidades humanas fazendo a integração harmoniosa dos habitantes, das demandas dos recursos e do próprio local de aplicação.

Os produtos orgânicos de qualidade para o consumo são benquistos e valorizados nos mercados e, por isso mesmo, os Guató estão fazendo um mapeamento dos nossos produtos tradicionais. Isso é um indicativo de que podemos melhorar a nossa produção para o consumo de mercado e escolher qual tipo de mercado pretendemos alcançar.

## Meio Ambiente

Os Guató têm uma relação harmoniosa de muito respeito com meio ambiente. Na cosmologia dos Guató há muito respeito aos sagrados das matas, rios, da fauna e da flora porque tudo tem dono e pertence ao ser espiritual, isto é, tudo está vivo e em movimento o tempo todo. Por isso existe respeito pela natureza e os Guató não entram na mata e na água sem pedir licenças aos encantados. Segundo a dona Sandra, não se pode entrar na casa de ninguém sem pedir permissão, assim como não se pode entrar nas matas, nos rios, baías e corixos sem pedir licença a seus donos.

Em agosto de 2020, tive a oportunidade de ajudar a realizar uma oficina com a temática “Queimadas e a relação das mulheres do cerrado com a natureza”. A roda de conversas tinha o foco principal as mulheres, mas foi oportunizado aos homens. Estiveram presentes diversas lideranças e membros da comunidade Guató. Como ainda estava no período de pandemia, o evento teve início com uma orientação sobre a Covid-19 e as medidas a serem tomadas antes, durante e depois do evento. Foi falado da importância do uso das máscaras, álcool em gel e do isolamento social.

Durante o evento foram aferidas a pressão arterial e a temperatura corporal das pessoas. Durante a pandemia, na T.I. Baía dos Guató, não houve nenhum caso de óbito por conta do novo coronavírus. De acordo com a organização social tradicional, acredita-se que isso se deva pela forma com que a comunidade está organizada, que são em pequenos aterros que se subdividem por núcleos familiares que já vivem em isolamento um do outro. Também é explicada pelos conhecimentos tradicionais das ervas medicinais que fazem uso no seu dia a dia e por conta da alimentação a base de peixe e da produção orgânica das roças de subsistência.

O principal objetivo do evento foi conscientizar as pessoas sobre as queimadas, falando da importância de tratar esta questão, pois a situação, principalmente naquele período de 2020, estava bem crítica e prejudicando a natureza, os territórios indígenas e a saúde dos Guató. É muito importante falar sobre as queimadas, pois isso impacta diretamente na vida das mulheres indígenas. Para isso é preciso buscar apoio para amenizar impacto que vem causando como a escassez das frutas, dos animais, das ervas medicinais e das matérias-primas que são usados para trabalhar no dia a dia em seus territórios. E isso tem que ser cobrados dos órgãos governamentais que não costumam dar a assistência obrigatória.

Durante a oficina tivemos a fala das participantes sobre suas preocupações com relação às queimadas. Karine Guató falou sobre a importância da preservação das matas, pois da natureza que tiramos o sustento e que as queimadas não prejudicam somente a natureza. As fumaças das queimadas podem causar doenças respiratórias, principalmente para os idosos e crianças. Dona Sandra manifestou preocupação com a água, pois o povo Guató tira o sustento dela e todos estão vendo que o rio Cuiabá está secando. Ela conta que há muito tempo mora ali e que gerou sua família naquele território, mas que nunca viu o rio Cuiabá tão seco e que isso deixa os moradores preocupados, pois sobrevivem da apanha das iscas e da pesca.

Durante a roda de conversa, foi relatado pelos Guató que participaram do evento que eles sofreram discriminação e acusações por parte de fazendeiros e do sindicato rural de Poconé, que os responsabilizaram por provocar incêndios no Pantanal. Isso não é verdade, pois sabemos que o fogo que queimou a região começou em propriedade particular, situada fora da T.I. Baía dos Guató. Naquele

momento em que o Pantanal estava em chamas, os Guató estavam tentando controlar os incêndios com recursos próprios, fazendo o aceiro<sup>4</sup> na tentativa de impedir que o fogo adentrasse em seu território. Fizeram isso para proteger as crianças e os idosos, por causa da fumaça, e impedir que o fogo chegasse às casas para não causar incêndio nas moradias. A preocupação com as queimadas se dá, ainda, devido à saúde frágil das pessoas que sofrem com problemas respiratórios, como bronquite asmática e outros males. Além disso, com a temperatura elevada e a baixa umidade do ar, as pessoas acabam por desidratar e, ao inalar fumaça, o sofrimento se torna evidente.

Adílio Guató, liderança indígena, afirma que estão buscando parcerias para ajudar no controle das queimadas dentro do território. Essa ajuda até chegou ao território foi uma parceria da FUNAI de Brasília e do IBAMA, que iria fazer uma capacitação de brigadista para que os Guató estejam preparados e capacitados para enfrentar os incêndios florestais. Entretanto, os fazendeiros da região impediram a realização da capacitação e, mais uma vez na história, o povo Guató continua sofrendo com a intervenção de criadores de gado da região e com o descaso das instituições oficiais de proteção ao meio ambiente e aos povos originários.

Adílio Guató explica que a queimada desordenada traz muito malefício para a área de sua comunidade. Ele pede para os jovens Guató se conscientizarem sobre o problema, pois acredita que, daqui 20 ou 30 anos, muitas coisas que ele viu na região as futuras gerações não irão ver por conta dos incêndios.

Durante esse diálogo foi relatado pelas mulheres presentes que elas já sentem o primeiro impacto e a consequência das queimadas, pois são elas que colhem os frutos nativos ao redor das suas casas e as ervas medicinais para fazerem rituais de cura. Elas também buscam as matérias-primas utilizadas para o artesanato, que são retiradas da própria natureza. Por isso mesmo percebem que esses recursos estão diminuindo significativamente. Elas dizem que muitas vezes os indígenas são julgados pela sociedade não-indígena e sofrem preconceito pelas queimadas que acontecem no Pantanal, apesar dos indígenas constantemente explicarem a importância que a natureza tem para os povos originários, pois é dela que tiram o próprio sustento. Então, não tem como os próprios indígenas destruírem o meio físico de onde tiram sua própria sobrevivência. O Estado nacional, por seu turno, não tem ajudado no combate às queimadas no período da seca, pois são poucos os indígenas que são formados para trabalhar no combate às queimadas.

Em Mato Grosso, alguns povos possuem brigadistas indígenas, como entre os Kura-Bakairi e os Haliti-Paresi. Foi relatado ainda que as queimadas não prejudicam somente os indígenas, pois quem está na cidade também sofre com a fumaça dos incêndios. A poluição com fumaça das queimadas é um problema global que precisa ser resolvido. Os não-índios têm que conhecer a realidade dos povos indígenas no dia a dia das aldeias para não ficarem falando inverdades sobre os povos originários. Está muito presente nos relatos o sentimento de injustiça, desrespeito e invisibilidade por parte dos órgãos públicos, inclusive dos órgãos de proteção aos direitos indígenas e de proteção territorial.

Dona Sandra ressalta a importâncias das preservações das espécies de animais e das ervas medicinais importante para a nossa medicina tradicional e com a queimada descontrolada isso coloca em risco as nossas vidas. Pensando nas queimadas que todos os anos atingem o território Guató, devemos pensar em melhor estratégia de combate às queimadas e no monitoramento para os próximos anos.

<sup>4</sup> Aceiros são faixas ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa livres de vegetação. Para isso, a vegetação deve ser completamente removida da superfície do solo para prevenir a passagem ou propagação do fogo.

## Educação e o processo de escolarização no território Guató

A comunidade da T.I. Baía dos Guató ainda sofre com a falta de uma escola específica e diferenciada que atenda a realidade do povo Guató em Mato Grosso. No momento não há investimento por parte dos governos estaduais e municipais que atendam às necessidades locais. São poucos os Guató que concluíram o ensino fundamental, o ensino médio e possuem um curso de graduação completo. Há muito tempo a comunidade vem reivindicando criação e a construção de uma unidade escolar gestora independente, para que não seja mais atendida por sala anexa de outro estabelecimento de ensino. Todavia, suas reivindicações continuam na invisibilidade dos governos.

A primeira sala de aula no formato anexo teve início em 2006, quando duas alunas do projeto de magistério indígena “HAYÓ”, as professoras Josinete e Fabiana Guató, formaram as primeiras turmas de nível fundamental. Na época, o governo do estado de Mato Grosso negou a contratação de umas das professoras, sob alegação de ainda estar em formação e por isso uma delas trabalhou um ano sem contrato. Por ser um lugar distante da cidade, não se encontrava professores formados que se disponibilizassem a ir e ficar na aldeia, o que se dava pela falta de infraestrutura e apoio ao deslocamento. As aulas funcionaram até 2009 e depois pararam por falta de professor que pudesse e tivesse o interesse em assumir a sala de aula. Isso dificultou muito o processo de escolarização de muitas famílias e algumas mandaram os filhos para cidade, ficando na casa de algum parente ou conhecido na tentativa de estudar. Isso causou um processo migratório para a cidade. Alguns voltaram para a aldeia outros ficaram morando por lá, mas muito poucos indígenas conseguiram concluir o ensino médio e até mesmo ensino fundamental.



**Figura 10** – Reunião com a comunidade sobre a implantação da sala anexa.

Somente dez anos depois, em 2014, o povo Guató se organiza em reunião para discutir a retomada das aulas na TI Baía dos Guató, mas esse retorno não foi um processo fácil. Era preciso encontrar uma escola que pudesse estender a mão e acolher os Guató com uma sala anexa. Foi um período longo de luta e teve que pedir a intervenção do CEEI, pois nenhuma escola queria aceitar ter sala anexa com alunos Guató por diversas justificativas, todas elas injustificáveis.

Somente em 2019, retorna a tão sonhada aula para o povo Guató em Mato Grosso com uma sala anexa vinculada à Escola Estadual Julá Pará, do povo Bala-tiponé-Umutina, do município de Barra do Bugres. Depois de dois anos, a SEDUC pede para que a sala anexa seja vinculada a escola em Poconé. Infelizmente não deu muito certo, devido a diretora da escola que desconhecia a política de educação específica e diferenciada para os indígenas. Diante os fatos, os Guató se viram mais uma vez numa relação de fricção étnica, onde o etnocentrismo reinava nas relações. Diante da política do governo, muitas escolas foram municipalizadas e a escola que atendia a comunidade como sala anexa foi uma delas.

Novamente os Guató estavam desassistidos e foi preciso procurar apoio no município de Barão de Melgaço, onde está localizada a T.I. Baía dos Guató. Mais uma vez foi negada à comunidade o acesso à educação: os gestores se comprometeram a procurar ajuda para os Guató em Poconé que, por sua vez, também negou ajuda.

Nessas andanças em busca de acesso à educação formal, o povo Guató acabou sendo atendido como sala anexa pela Escola Estadual Dom Francisco Aquino Correia, que fica no distrito de Cangas, município de Poconé. Essa escola já trabalhava com salas anexas e atendia educação do campo, educação quilombola e educação ribeirinha e passou a atender educação indígena para o povo Guató. O acesso à educação escolar ou processo de escolarização nunca foi um processo fácil para os Guató e isso também está relacionado a um processo de invisibilização de um povo originário, incluindo suas crianças, jovens e adultos. Mesmo sabendo que a educação é um direito de todos, para o povo Guató esse direito básico tem sido deliberadamente negado.



Figuras 11, 12 e 13 – Alunos Guató e seus professores.

Na Escola Estadual Dom Francisco, o atendimento escolar ao povo Guató na TI Baía dos Guató funciona em três salas com séries multisseriadas, sendo uma sala do EJA, com quarenta e cinco alunos matriculados nas séries do ensino fundamental. Além dos conteúdos básicos, esses alunos passam a ter contato com fatos da própria história e cultura, uma vez que o ensino da história do povo Guató na educação básica atende às determinações da Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório a inclusão de conteúdos relacionados à história e à cultura dos povos indígenas no currículo das escolas de educação básica em todo país (MATOS,

2020). Com essa lei, o ensino sobre a história e a cultura do povo Guató também pode acontecer em escolas da região, para alunos não indígenas, o que pode contribuir para a superação do atual cenário de desconhecimento que tem caracterizado o relacionamento da sociedade nacional com os povos indígenas (MATOS, 2020).

Neste contexto, há também o processo de produção da cultura que vem acontecendo no formato da Oficina de Revitalização da Língua Guató na Terra Indígena Baía dos Guató. Na aldeia Mijdi (Acuri ou Coqueiro), temos uma parceria de trabalho com a Profa. Dra. Monica Cidele, linguista da FAIND/UNEMAT. Esse projeto de revitalização da língua tem por finalidade dar continuidade ao trabalho na formação continuada e de fortalecimento da identidade étnica, dos conhecimentos e saberes tradicionais. A matriz curricular é para as áreas das Ciências e dos Saberes Indígenas na língua materna, letramento e numeral. As atividades são desenvolvidas numa abordagem pedagógica e processo de ensino, nos aspectos da alfabetização, feito por meio de política linguística.



Figuras 14, 15 e 16 – Rideel, Eunice, Alessandra, Tarcisio e Francisca Pareci (Chikinha). Fotos de Adílio Guató.

O indígena Rideel Moraes, da Aldeia Aterrado, fez um processo de imersão em Mato Grosso do Sul quando esteve na Aldeia Uberaba, em Corumbá, por quatro meses, ocasião em que aprendeu com os seus parentes dali as palavras no idioma Guató e seu jeito de falar. Ali ele estudou as cartilhas e dicionário Guató-português produzidas a partir dos registros de dona Dalva, membro da comunidade da Terra Indígena Guató, em Corumbá. Com essa experiência, ele tem apoiado a comunidade da TI Baía dos Guató no projeto da língua nativa, que é um dos elementos de nossa identidade cultural. Conforme seu relato, existem adolescentes e jovens que estão apreendendo e praticando a oralidade e escrevendo as palavras Guató. O CEEI está propondo a continuidade da elaboração do material didático para a publicação por área de conhecimento. Para isso, torna-se fundamental que se tenha temas voltado para o Pantanal nas disciplinas de Ciências Sociais, Linguagem e Arte, Matemática e outras áreas. Para Matos (2020), através do conhecimento sobre a história e a cultura dos povos indígenas é que a sociedade nacional poderá compreender a importância dos povos originários na formação histórica e social do Brasil.

Os Guató tiveram um processo histórico de colonização e em determinado tempo do processo foram considerados como extintos. De acordo com Matos (2020), durante a primeira metade do século XX o povo Guató teve a sua “extinção” decretada por intelectuais e órgãos oficiais, ficando durante várias décadas

completamente “invisíveis” para a sociedade nacional e sem nenhum tipo de atendimento oficial. Na década de 1950, os Guató foram incluídos em uma relação de povos considerados “extintos”, publicada nos anos 1950 em estudo do antropólogo Darcy Ribeiro (MATOS, 2020). A “extinção” decretada dos Guató teria ido ao encontro aos interesses fundiários dos fazendeiros em se apoderar de seu território no Pantanal, pois durante o período em que o povo ficou fora dos registros oficiais intensificou-se a instalação de fazendas de criação de gado e a presença de não-indígenas na região. Esta prática comprometeu a sobrevivência física e cultural das famílias do povo, que foram gradativamente expulsas de seus territórios e se somaram ao contingente populacional marginalizado presente nas periferias de cidades da região (MATOS, 2020).

A língua Guató já tem um pequeno dicionário publicado em Guató-Português/Português-Guató, elaborado pela dona Dalva Maria de Souza Ferreira e Anísio Guató, no ano 2002, sendo os primeiros materiais didáticos divulgados para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. O dicionário foi resultado da pesquisa voluntária da dona Dalva juntos aos falantes nativos da Terra Indígena Ilha Guató, que fica na Ilha Insua, em Corumbá. Em reconhecimento a este trabalho coletivo, a Secretaria de Estado do Mato Grosso do Sul publicou o material que hoje tem sido adotado pela Escola Estadual Indígena “João Quirino de Carvalho – Toghopanã”. A publicação tem sido estudada pelos professores para que possa ser trabalhada também nas aulas com a orientação do professor da língua Guató. O dicionário está organizado em ordem alfabética com palavras e expressões cotidianas do falar Guató e termos referentes ao parentesco, como: *candyderédicaye* – boa tarde; *dyfoô* – titia; *ego-byjá* – não quero; *kyra* – vamos; *Gôcô aréro tyto vogun ogecom* – nossas vidas são os rios.

Percebe-se o quanto é importância que se faça mais registro sobre o povo Guató que se tenha mais material didático para trabalhar em sala de aula, que é também uma forma de registrar os conhecimentos dos nossos anciões, pois ninguém pode prever a sua partida, pois se isso acontecer, eles levam consigo toda uma enciclopédia de conhecimentos sobre o povo. Por isso é preciso manter viva a cultura garantir a produção dos materiais didáticos para ser trabalhado na escola.

O povo Guató há tempo vem lutando para implantação do ensino médio no formato de alternância. Por não ter uma escola no território por muito tempo, os Guató da T.I. Baía dos Guató ficaram sem acesso à educação. Por esse e outros motivos ainda não possuem nenhum professor indígena formado nas áreas de licenciaturas. Os professores não-indígenas vão da cidade para aldeia lecionar. O ambiente escolar para os Guató não é apenas uma unidade de ensino e aprendizado, mas sim de fortalecimento da cultura e da identidade étnica, o que torna mais relevante ainda a criação e construção de uma escola com um PPP específico e diferenciado para este povo originário.

## Os Guató e seus itinerários terapêuticos

Neste capítulo apresento uma etnografia das narrativas dos indígenas Guató da T.I Baía dos Guató das Aldeias Aterrado do Bananal, Aldeia Midji (Coqueiro) e São Benedito, sobre o itinerário terapêutico, as políticas públicas de saúde e o subsistema de saúde indígena ofertado pela SESAI através do DSEI-CUI-ABÁ, a qual somos vinculados, e as redes de referências do SUS. Neste capítulo, procuro fazer o registro das ressignificações vivenciadas pelo povo Guató nesse contexto de fricção interétnica, no contexto da aldeia e da cidade, e os caminhos

percorridos para se ter resolutividade em relação a problemas de saúde nas aldeias.

Então, diante da situação vivenciado pelos Guató, faço um registro de como se dão as práticas terapêuticas indígenas e a prática biomédica<sup>5</sup> no contexto da Aldeia e nas redes de referência do município e do estado sob a ótica dos indígenas Guató. Pretendo apresentar a concepção de saúde e doenças do ponto de vista do povo Guató e como é tecida sua teia de significados, como fala o antropólogo Clifford Geertz . Primeiramente é preciso entender o que é itinerário terapêutico, e como ele está estruturado, como e quando se aplicar é preciso ressaltar que não se trata da falta de acesso as unidades de saúde, e não segue um fluxo programado como as redes de referência do SUS.

E bem como pretendo aqui registrar e mapear as ou (os) agentes de cura, quantas ainda residem nas aldeias, com esses registros percebi e pude observar a grande maioria das pessoas que detém estes conhecimentos são as mulheres, e puder registrar quais são as práticas terapêutica indígena, e ressignificações vivenciado por eles nesse contexto de fricção interétnica do contexto aldeia e cidade. Minhas interlocutoras serão mulheres indígenas Guató, uma delas trabalhadoras do subsistema de saúde indígena (SESAI), mas analisando todos os contextos, todas as agentes de cura que também são trabalhadoras da saúde indígena, ainda que não tenham vínculo empregatício ou remuneração para prestar serviço de saúde do povo Guató.

Eu sempre me interessei pela área da saúde, pela saúde indígena mais ainda e tive a oportunidade de trabalhar como técnica em enfermagem na minha aldeia. Sendo aprovada no vestibular específico para povos indígenas tive que deixar a aldeia para vir cursar psicologia na UFMT e hoje sou pesquisadora mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFMT. Poder trabalhar as questões de saúde com um olhar antropológico é muito relevante para o meu povo, e outros povos também, mas especificamente meu povo diante da atual realidade do processo de demarcação do território e da atual conjuntura política. Fazer este trabalho é também um ato de resistência e resiliência e fortalecimento da identidade cultural enquanto povo existente e de direitos.

### ***Sistemas de saúde em fricção: itinerários terapêuticos guató***

Quando eu me propus a fazer o mapeamento dos agentes de cura, ou seja, os xamãs, pajés, benzedeiros, parteiras, entre outros com conhecimentos de cura tradicional e milenar que atravessam gerações, quis também a investigar os caminhos percorridos para resolutividade dos problemas de saúde e como se dá a relação entre as práticas terapêuticas indígenas e a biomédica. Eu não pretendo só trazer a percepção sobre os atendimento do itinerário terapêutico, mas dar voz através dos registros das suas narrativas a esses agentes de cura que a maioria das vezes estão ali invisibilizados pela própria SESAI e os profissionais da equipe multiprofissional que atende uma vez por mês o povo Guató. Reconheço que o trabalho dos agentes de cura e o seu itinerário terapêutico precisa ser mais bem valorizado pelo próprio subsistema de saúde indígena porque acredito que não se sobrepõem um ao outros, mas os dois se complementam e ambos são importantes desde que haja um diálogo e um respeito o espaço do outro, dentro dos seus conhecimentos tradicional e biomédico.

<sup>5</sup> Na Antropologia da Saúde, nos referimos à medicina ocidental, baseada na biologia, como *biomedicina*.

Neste trabalho é importante registrar a concepção saúde e doenças do ponto de vista do povo Guató e como é tecido essa teia de significado (GEERTZ, 1989) e de tais concepções e práticas sob à luz do referencial teórico-metodológico da antropologia, considerando inclusive a falta de estudos nessa área de conhecimento no campo da saúde indígena, contribuindo para o reconhecimento e práticas do itinerário terapêutico do povo Guató. Neste sentido, a base da abordagem etnográfica se constrói a partir da perspectiva de que só se podem compreender as relações humanas a partir do contexto social onde elas se desenrolam, o que vem ao encontro da concepção de cultura de Geertz (1989), o que implica para a antropóloga o registro em descrição densa do que observa, pois as práticas e cosmologias só podem ser compreendidas nos contextos em que elas se dão e que só as pessoas que vivenciam aquela cultura fazem uma interpretação de primeira mão a respeito dos significados delas.

E não poderia deixar de mencionar aqui como se dá atendimento específico e diferenciado, bem como a necessidades de protocolos específicos para o atendimento de saúde, tendo em vista que existe a lei Arouca que garante esse atendimento específico e diferenciado, mas de fato o atendimento na íntegra nos dias atuais não acontece. Sabemos que os conhecimentos biomédicos e terapêuticos tradicionais não têm dialogado e percebemos a falta de interação dos órgãos nas redes de referência em que os Guató são atendidos, haja vista que a Terra indígena Baía dos Guató está localizada no município de Barão de Melgaço, mas por questão logística e de resolutividade em saúde são referenciados para Poconé, primeiro município de referência. Porém, este apresenta algumas restrições na resolutividades das doenças, por falta de especialidades médicas. Sendo assim, para receber atendimento de média e alta complexidade, os Guató são referenciados para Várzea Grande e Cuiabá.

De acordo com Cabral *et al.* (2011), os estudos sobre itinerários terapêuticos no Brasil são recentes e pouco explorados por pesquisadores e gestores e têm uma abordagem socioantropológica, oferece suporte teórico à maioria dos estudos realizados, o principal foco de interesse é a percepção do paciente sobre a doença e tratamento. É preciso considerar as questões sociais, cosmológicas e o contexto daquele paciente, nessa busca pela cura e resolutividade do tratamento.

Para os Guató, primeiro é preciso identificar a causa da enfermidade, partindo de uma avaliação feita pela família para ver se há possibilidade de tratar com os conhecimentos tradicionais, que a própria família detém, ou se precisa buscar ajuda de outros agentes de cura do próprio povo Guató, buscando os conhecimento de uma benzedeira, xamã ou raizeira, para poder tomar a decisão do qual tratamento será adotado. Se, após avaliação, perceber que não é uma enfermidade que possa ser tratada com a medicina tradicional ou com os saberes ancestrais, então a enfermidade deve ser tratada por um médico. O paciente então é imediatamente encaminhado para as redes de referência, sendo primeiro referenciado para o subsistema da área. Neste caso, o atendimento é feito dentro da aldeia por algum profissional de saúde da SESAI e, se não for algo grave que requeira exames complementares, a doença pode ser tratada ali mesmo na aldeia. Se for algo que não seja possível ser tratado na aldeia, aí então o paciente é referenciado para as redes do SUS. Muitas vezes já aconteceu no sentido contrário, da pessoa ter ido procurar atendimento na rede do SUS e, ao perceber que não estava surtindo efeito, buscou o atendimento tradicional para o tratamento.

Segundo relato de Dona Maria, mãe de um menino de dois anos de vida, que adoeceu na aldeia e foi avaliado pelo técnico de enfermagem, sendo depois enca-

minhado para cidade de Poconé. No hospital, após a avaliação do médico, a criança foi internada. Depois de uma semana de internação, Dona Maria percebeu que o seu filho não estava obtendo melhoras com cuidados biomédicos do hospital. Foi então que ela tomou a decisão de entrar em contato com Dona Sandra Guató, que nesse momento estava na cidade. Contou que pediu para ela ir ao hospital benzer seu filho. Dona Sandra conseguiu entrar no hospital no horário de visita e levou um chá de ervas. Passou pela recepção com o chá escondido em um travesseiro pequeno, pois era proibida a entrada de medicação ou comida de fora do hospital. Dona Maria relata que dois dias depois da visita e do atendimento feito por Dona Sandra, a criança teve alta médica e retornou para aldeia.

Conforme foi relatado por Dona Maria, a doença que seu filho teve era algo que não caberia aos conhecimentos e tratamentos biomédicos que estavam sendo oferecidos naquela unidade hospitalar, mas era algo que poderia ser resolvido com conhecimentos tradicional dos Guató. A dificuldade em fazer esse diálogo dos saberes tradicionais com os saberes biomédicos é mais evidente quando se está em uma unidade de saúde das redes do SUS. Quando são referenciados para realizarem algum tipo de tratamento nas cidades, nas redes de referências do SUS, se deparam com sistemas regidos pelas lógicas e burocracia de Estado, que o tempo todo faz uma integração forçada, ao ponto que os indígenas têm que se adequar às imposições desses sistemas de regulação de saúde para ter acesso ao atendimento de saúde.

O subsistema foi pensado de forma que pudesse fazer esse diálogo entre os conhecimentos e práticas terapêuticas tradicionais indígenas com as práticas biomédicas, de forma que uma não se sobreponha à outra, que existisse um diálogo entre ambas e que uma complementasse a outra. Mas ainda há pouco avanço nesses atendimentos, no subsistema, e quando entra na rede do SUS, no sistema de média e alta complexidade, se torna mais difícil ainda por não ter um atendimento específico e diferenciado.

Segundo Cabral *et al.* (2011), os caminhos percorridos por pessoas em busca de cuidados terapêuticos não necessariamente coincidem com esquemas ou fluxos pré-determinados. Suas escolhas expressam construções subjetivas individuais e coletivas acerca do processo de adoecimento e de formas de tratamento, forjadas sob as influências de diversos fatores e contextos. Estas escolhas vão definir ações que, passo a passo, constituirão um determinado percurso.

As viagens à cidade tornaram-se mais frequentes na medida em que a saúde foi organizada em distritos sanitários indígenas. As aldeias foram estruturadas com equipes multidisciplinar de saúde, a grande maioria dos profissionais não indígenas. Esse fluxo de paciente e acompanhante, indo e vindo para a cidade se tornou rotina e também uma oportunidade de fazer a compra de gêneros alimentícios e de uso pessoal. As encomendas aos pacientes ou acompanhantes para trazerem alguma coisa são frequentes, pelo fato da Terra Indígena Baía dos Guató ser longe da cidade. Quem está na aldeia pede para quem for a cidade fazer compra de alguma coisa que esteja lhe faltando e aproveitar a carona.

Eu penso que a saúde indígena ainda está em processo de construção e nós enquanto controle social, usuários e trabalhadores deste sistema de atenção à saúde indígena, somos agentes importante nesses processos de construção de modelo adequado a que de fato atenda a nossa especificidade.

Existe um fluxo programado da saída dos Guató para cidade para os atendimentos de saúde com os atendimentos que não pode ser tratar de forma tradicional. Os atendimentos são agendados nas redes de referência e, aos poucos, esses indígenas passam transitar nesse meio urbano. Mas na medida em que esse fluxo

se torna rotineiro, vão compreendendo a lidar com burocracia imposta pelo Estado, para poder ter acesso aos benefícios sociais. E mesmo tendo que transitar nesse meio burocrático e de fricção interétnica, os Guató ainda tentam manter vivo os conhecimentos tradicionais e as práticas de cura, como uma forma de resistência e de identidade étnica.

Muitos Guató quando começaram a ser atendidos pelo DSEI. Na época, estava sendo transferido esse atendimento de saúde da FUNAI para a FUNASA e, dentro da estrutura da FUNASA, existia o DESAI, um departamento de saúde indígena, posteriormente transferido para SESAI. Muitos Guató tinham dificuldade para ser atendidos quando eram referenciados para a rede do SUS, porque muitos não tinham nem certidão de nascimento e tampouco outros documentos pessoais, como cartão SUS.

Aos poucos foram se adequando as exigências do sistema, mas ainda existe muita resistência por parte de alguns pacientes quando precisam ser tratados fora da aldeia. Uns recusam o atendimento por não querer vir para cidade, outros recusam o atendimento por falta de estrutura de apoio em Poconé, município de referência para alguns atendimento de média complexidade. Até o momento, não tem uma casa de apoio em Poconé para esses pacientes ficarem, não tem hospedagem e alimentação garantida pela SESAI. O distrito tem garantido apenas o transporte até a cidade e os pacientes ficam de favor na casa de algum parente ou conhecido. Não tem carro para o deslocamento até a unidade onde vai fazer o atendimento. Quando são referenciados para Cuiabá, que tem mais estrutura, ficam na CASAI.

Conforme mencionado por Langdon (2010), por mais que as práticas xamânicas ainda não sejam reconhecidas nos protocolos nacionais de saúde, preconizados pelo Ministério da Saúde, ainda assim é muito comum os Guató recorrerem ao atendimento e fazer uso dessas práticas de tratamento tradicional.

O sistema de atenção à saúde é tanto um *sistema cultural* quanto um *sistema social de saúde*. Define-se, aqui, *sistema social de saúde* como aquele que é composto pelas instituições relacionadas à saúde, à organização de papéis dos profissionais de saúde nele envolvidos, suas regras de interação, assim como as relações de poder a ele inerentes. Comumente, essa dimensão do sistema de atenção à saúde também inclui especialistas não reconhecidos pela biomedicina, tais como *benzedeiros*, *curandeiros*, *xamãs*, *pajés*, *massoterapeutas*, *pais de santo*, *pastores e padres*, dentre outros. (LANGDON e WIIK, 2010: 179)

Ainda que esses conhecimentos tradicionais não sejam reconhecidos pelos protocolos da biomedicina, são muito importantes no contexto indígena e outros grupos sociais.

Além disso, procuram convencer a gente de que nada disso funciona, que tudo é psicológico, é coisa de gente ignorante que vive no interior e que agora que a gente mora na cidade deve deixar isso tudo para trás. (CORDEIRO e MONTARDO, 2018: 273)

Conforme mencionado em Cordeiro e Montardo (2018), as práticas biomédicas o tempo todo tentam se sobrepor às práticas tradicionais dos agentes terapêuticos de cura. Segundo relato do senhor Romeu Guató, contou-me que certa vez uma de suas filhas adoeceu na aldeia e ele estava tratando com os cuidados e conhecimentos do seu povo, conhecimento esse repassado por sua mãe Dona Kitita. Na ocasião, estava um médico do Programa Mais Médicos em área, o qual era prestador de serviço para sua comunidade. Seu Romeu conta que ao relatar ao médico que sua filha estava doente e que ele estava dando chá de uma planta de conhecimento do seu povo, benéfico para cura, e sua filha estava tomando, foi então que o médico lhe disse que ele poderia até continuar dando o chá à sua filha,

porém, se a mesma piorasse o estado clínico, a responsabilidade seria dele enquanto pai, por estar medicando sem consentimento médico e práticas não reconhecidas pela biomedicina.

Eu fiquei um tanto apreensiva enquanto ouvia seu relato e sem querer interferir nos momentos da sua narrativa, fiquei a pensar, enquanto ouvia o atentamente, que entendendo que o médico não é indígena e não se formou no Brasil também, tem pouco conhecimento do subsistema de saúde indígena e menos ainda da lei Arouca que preconiza o subsistema de Atenção à Saúde Indígena e o próprio SUS: direito de acesso com diversidade e atenção diferenciada. Eu entendo atenção diferenciada, com toda essa especificidade, incluindo cada povo e o contexto no qual ele está inserido como sujeito de direito e com decisão própria. O subsistema nos garante esse atendimento peculiar.

O meu trabalho de campo e o levantamento de dados aconteceu em períodos descontínuos, conforme mencionado por Márcio Goldman (2000: 454): “ritmo descontínuo e visitas mais ou menos curtas distribuídas ao longo de um amplo período de tempo”. No decorrer do mestrado, fiz visitas de campo em período distintos. “Nesse sentido, trata-se mesmo de uma ‘etnografia em movimento’ e de um ‘envolvimento cumulativo e de longo prazo’ com o grupo estudado” (*idem*: 454). Assim também foi o meu trabalho de campo por eu estar em tratamento oncológico por isso fiz registros em períodos descontínuos cumulativos.

Eu descrevo aqui uma das narrativas de uma das interlocutoras da minha pesquisa de campo, quando eu em uma conversa informal, com Dona Sandra Guató, com os seus 64 anos de idade, mulher sábia de conhecimentos dos seus ancestrais, com o dom de cura conforme mencionado por ela, ou seja, uma xamã. Ela falava que recebeu esse dom quando era muito jovem e os conhecimentos foram acontecendo ao longo da sua vida e que na sua família já nasceu uma criança que irá dar continuidade aos seus conhecimentos mas ela ainda não sabe quem é.

A princípio a intenção não era levantar dados etnográficos até mesmo porque no início de conversa era apenas relato de um sonho, sem qualquer pretensão mais apurada, de fazer registro de pesquisa, mas;

Conforme apresentado Malinowski, é justamente a diversidade de opiniões que permite ao etnógrafo reconstituir o que denominava “fatos invisíveis” (Malinowski, 1935, vol. 1, p. 317) e o trabalho de campo é, sobretudo, uma atividade construtiva ou criativa, pois os fatos etnográficos “não existem” e é preciso um “método para a descoberta de fatos invisíveis por meio da inferência construtiva”. (GOLDMAN, 2003: 456)

Partindo desse princípio pude perceber a narrativa dela como dado etnográfico e que poderia ser mais bem explorado. Ela me relatou que estava na cidade, onde tinha ido realizar tratamento da sua doença. Estava triste com a demora do processo de demarcação da terra, dos conflitos, ameaças de fazendeiros e conflitos internos da própria comunidade. Ela me relatava que havia pensado em ir para a aldeia e pegar tudo que conseguisse dos seus pertences e trazer para cidade e não voltar mais para aldeia, porque já estava cansada de lutar e sem resultado satisfatório.

Durante a sua fala, percebi a expressão de tristeza em seu rosto. Ela ficava algum minuto em silêncio, como se estivesse refletindo sobre a situação, ou talvez fosse só um tempo de organizar o pensamento. Depois dá um suspiro, profundamente, com os seus pés unidos um ao outro a balançar as pernas. E então começa a relatar sobre um sonho que havia tido:

*Nesse mesmo dia eu me deitei para dormir e tive um sonho no meu sonho eu conversava com uma árvore frondosa, porém, já um pouco danificada, quase morrendo. Mas ainda estava dando frutos e a sua sombra podia abrigar muita gente, os pássaros e os animais da floresta, os peixes no período da cheia.*

Logo após o relato do sonho, Dona Sandra Guató concluiu:

*A reflexão que faço para minha vida é de que Deus e os meus ancestrais através do sonho estavam me cobrando, das minhas responsabilidades espirituais para com o meu povo, os cuidados de cura e orações. E enquanto um xamã do meu povo, eu estava renegando o meu dom e os meus ancestrais. Com o meu dom eu ainda podia ajudar muita gente na minha comunidade e, se eu viesse embora, estava renegando esse dom.*

Relata que ao pensar tudo isso se sentou e chorou por algum tempo,

*Depois olhei para o céu e agradei a Deus e aos meus ancestrais e aos espíritos da floresta por não me deixar desistir de lutar. Se é que os meus ancestrais estavam cobrando o meu trabalho com a minha comunidade. A árvore representava a minha cruz, as minhas responsabilidades, a minha trajetória de vida que eu tinha que cumprir aquele ciclo, e estava tentando abandonar. E no meu sonho eu pude perceber isso quando cheguei debaixo da árvore e toquei no seu tronco envelhecido e danificado. Depois me sentei para descansar e poder aproveitar a sua sombra. Mesmo estando doente ainda me deu abrigo caloroso debaixo da sua sombra e pude encostar-me ao seu tronco e contemplar a vida e a natureza em sua volta, em harmonia.*

Dona Sandra ressalta ainda sua responsabilidade como mulher sábia do seu povo e papel de mãe, sobretudo com o cuidado do seu povo e com a preservação da natureza. A partir das observações que fiz em campo pude observar que certos conhecimentos tradicionais são dominados pelas mulheres que vão repassando para gerações futuras. As diversas práticas de cura tais como benzimento, parto, conhecimento das ervas de curas, os cuidados com as dietas alimentares. De acordo com cada enfermidade, durante um tempo de tratamento, tudo isso deve ser seguido rigorosamente, até que fique bem e poder seguir sua vida normal no cotidiano da aldeia, fazendo suas atividades habituais.

Algum tempo depois, o relato do sonho de Dona Sandra, em outra conversa informal, eu perguntei a ela se essa árvore frondosa existiu ou existe e se sabia onde ficava ou se foi apenas no sonho que ela teria visto. Ela sorriu e disse:

*Eu nunca fui lá, mas sei que ela existe, é lá em corixo da nossa terra, se você quiser eu te levo lá só precisamos de alguém para conduzir o barco, e combinamos tudo e no período da tarde fomos fazer o reconhecimento da árvore do sonho e realmente ela existe fica localizado a beira de um corixo na Baía dos Guató.*

Eu tentei ao máximo reproduzir a imagem da árvore através deste desenho.



Figura 17 – Desenho da árvore do sonho de Dona Sandra feito pela autora

## Pensando na Antropologia da Saúde proposta por Langdon

Não pretendemos aqui apresentar uma abordagem folclórica de receitas medicinais, diagnósticos e crenças exóticas que pareçam contrastar radicalmente com os da biomedicina. Este trabalho parte do princípio de que os processos que fazem parte da relação saúde cultura entre estes índios da selva amazônica são da mesma natureza dos que operam na nossa sociedade, apesar de existirem diferenças nas teorias etiológicas tanto quanto nas tecnologias e procedimentos terapêuticos. (LANGDON, 1994: 115)

A minha proposta neste trabalho sobre o itinerário terapêutico do povo Guató da T.I Baia dos Guató também não é apresentar várias receitas de medicação tradicional, tampouco descrever os rituais sagrados, mas ressaltar que existem os agentes de cura do povo Guató, que devem ser respeitados todos seus conhecimentos e saberes e tem que se considerar e visibilizar eles dentro do subsistema de saúde indígena, conforme garante a Lei Arouca, um atendimento específico e diferenciado de acordo com o contexto e organização social e costumes de cada povo. Eu penso que por mais que ainda sejam poucas referências sobre o itinerário terapêutico, e seja um termo pouco reconhecido no Brasil, ele sempre existiu, ainda que não fosse nomeado, nas comunidades indígenas. Poucos se tratavam com médicos não indígenas. As mães sempre cuidaram dos seus filhos com algum tipo de chá, xarope, banho, pomada e outros tratamentos tradicionais que afastavam a necessidade de ir ao atendimento biomédico. Maluf (2005: 499) vai pensar o trabalho de busca de cura:

a partir da diversidade, da pluralidade e do ecletismo de práticas e saberes rituais e terapêuticos nesse universo – a existência de mecanismos e de sentidos comuns dados ao trabalho terapêuticos. O que aqui denomino de trabalho terapêutico e espiritual compreende um conjunto de procedimentos, práticas e técnicas ligado a diferentes saberes terapêuticos e tradições religiosas e espirituais.

Dessa forma, podemos afirmar que os itinerários terapêuticos são caminhos percorridos para se ter acesso a saúde e não existe uma receita pronta, tampouco um fluxo programado de referência. Depende muito da avaliação e concepção do processo de adoecimento para que seja definida qual decisão de tratamento a ser adotada. Cada povo segue o seu itinerário, de acordo com o contexto, visão cosmológica e suas próprias teorias sobre adoecimento.

Segundo Cardoso (2015: 95), há um:

ponto considerado fundamental para a consolidação dos princípios que regem a criação do subsistema de atenção à saúde indígena: o reconhecimento das práticas terapêuticas, indígenas, promovendo, inclusive, a “articulação” dessas práticas com aquelas da biomedicina, assim como a promoção da capacitação de membros dessas populações tanto como técnicos gestores ou profissionais de saúde integrados nos seus quadros.

No DSEI Cuiabá, começou uma discussão sobre o itinerário terapêutico e projeto singular, mas devido a rotatividade de troca de gestores (coordenadores) essa discussão está adormecida e até o momento desta pesquisa não obtive nenhum dado mais consistente sobre o assunto.

### ***Subsistema de Saúde indígena e os Guató***

Eu não poderia falar de itinerário terapêutico sem aqui falar sobre o subsistema de saúde indígena ofertado pela SESAI/DSEI Cuiabá aos Guató da TI Baia dos Guató. Pretendo apresentar um panorama geral da atual conjuntura voltada para os povos indígenas da área de abrangência do Distrito Sanitário Especial

Indígena que tem sob sua jurisdição dez povos dos quarenta e três existentes no estado, sendo eles: Enawenê-Nawê, Myky, Manoki-irantxe, Nambikwara, Chiquitano, Balatiponé-Umutina, Kurâ-Bakairi, Guató, Boe-Bororo e Haliti-Paresi. Tais povos estão distribuídos em vinte e um municípios, referenciados hoje em quatro Casas de Apoio a Saúde Indígena (CASAI), das quais uma está situada no município de Rondonópolis, a segunda em Tangará da Serra, a terceira em Cuiabá e a quarta em Brasnorte. Dentro desta estrutura existem dez polos-base que, em conjunto com as redes de referências do SUS, atendem esses dez povos. Meu recorte será apenas para o povo Guató, meu objeto de pesquisa.

Primeiramente considere necessário compreender a saúde indígena nos seguintes aspectos do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e do SUS: direito, acesso, diversidade e atenção diferenciada. Nesse sentido, a diversidade e a necessidade de atenção específica e diferenciada para as populações indígenas deram origem à Lei 9.836 (Lei Arouca), de 23 de setembro de 1999, que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi/SUS). A responsabilidade pela gestão das ações de saúde indígena é do Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), com a participação das secretarias estaduais e municipais de saúde.

Ao subsistema de saúde cabe o atendimento nas bases, no caso, nas aldeias onde devem ser trabalhadas a prevenção e a promoção de saúde. Porém, com a rotatividade de profissionais da equipe multiprofissional, tem se tornado cada dia mais difícil fazer prevenção e promoção de saúde nas aldeias. Um dos motivos é que aumentou o contingente de população e novas aldeias foram surgindo ao longo dos anos, sem aumento nas equipes de saúde. Ao contrário, diminuíram os dias trabalhados, o que se torna um agravante para o atendimento. Essas mudanças foram feitas sem consultar as lideranças e o controle social que é feito pelos conselhos locais de saúde.

O marco para esta abordagem é a Constituição de 1988 e as subsequentes elaborações das políticas públicas para o atendimento assistencial das populações indígenas brasileiras. Esse marco não é aleatório, pois se trata do reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, dos direitos e especificidades das populações indígenas no país, assim como a sua Inserção no bojo das reformas no Sistema Nacional de Saúde com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). (CARDOSO, 2015: 84)

O SUS veio de uma luta social para que qualquer cidadão tenha o direito ao acesso a atendimento de saúde, que até então era ofertado somente à classe trabalhadora e com carteira assinada. Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 com a elaboração dos princípios e diretrizes para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da aprovação da lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), que foram firmados e determinados princípios que deveriam garantir a formulação de uma política de saúde voltada especificamente para as populações indígenas sob a forma da criação de um subsistema diferenciado, que só se efetivou em 1999 com a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (CARDOSO, 2015: 84). O povo Guató foi invisibilizado por décadas em Mato Grosso. O processo de reconhecimento como povo e etnia pertencente a este Estado começa em 2000 e, a partir de 2003, os Guató passam a ser considerados como indígenas pertencente a este estado.



Figura 18 – Modelo assistencial dos DSEI nas Aldeias. Fonte: CARDOSO, 2015: 88.

O modelo organizacional do subsistema de saúde como está estruturado nas aldeias, com maior população ou com acessibilidade mais fácil tem um posto de saúde e varia de povo para povo. Nas aldeias maiores com maior população tem polo-base, que seria um posto de saúde maior e mais estruturado. As CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena) antes funcionavam como casa de saúde com atendimento médico e odontológico, mas passaram a funcionar somente como casa de apoio, estando em municípios estratégicos, atendendo determinadas etnias de abrangência do DSEI, com exceção da CASAI de Cuiabá que atende pacientes do polo da região da capital e de outros polos e até de outros DSEIs do estado. A Equipe da CASAI referencia para a rede do SUS e faz o acompanhamento diário dos pacientes nas redes de referências.



Figura 19 – Modelo assistencial-DSEI. Fonte: Ministério da Saúde.

Existem dois modelos de polos-base, porém nem todas as aldeias têm um. O modelo I é aquele polo que fica nas aldeias com estrutura e equipamentos para atendimento de paciente da atenção primária que após a avaliação do paciente

pela equipe não haja a necessidade de encaminhar para referência, fica aos cuidados médicos e da enfermagem ali na unidade ou seja polo base. Modelo II é polo administrativo, responsável pelo diálogo com a CASAI, pelas referências e acompanhamento dos pacientes que têm que se deslocar das suas aldeias para o tratamento nos municípios, responsável por articular e garantir o deslocamento dos pacientes e pela escala e organização dos trabalhos das equipes em áreas.

Não tem sido um diálogo fácil com esta coordenação do polo base Cuiabá, conforme os conselheiros locais indígena do povo da TI Baía dos Guató,. Existe uma rotatividade de profissionais nesta função, a grande maioria por indicação política. Quando se começa a estabelecer um contato de confiança com este(a) funcionário(a), que está na função de coordenação de polo, e depois que a mesma começa a entender do contexto e modo de vida dos Guató, muda o profissional e se perde tudo, tendo que começar tudo de novo. Então voltam todos os problemas de novo, como as dificuldades no encaminhamento dos pacientes para tratar de doenças. Sempre ouvimos dizer que não é fácil trabalhar com os Guató, pois é um desafio devido a logística e fica muito caro o deslocamento que é fluvial e leva em média quatro horas de viagem de barco. Quando chega metade do mês, ouvimos do DSEI que já não tem mais combustível para fazer atendimento e, por isso, muitos atendimentos com especialistas têm que ser remarcados. Quando isso acontece, muitos pacientes acabam desistindo do tratamento. Como se o paciente pudesse prever que só pode adoecer quando tem combustível para o deslocamento.

O que observo é que falta organização de trabalho e planejamento anual para execução das atividades e me arrisco ir um pouco além. Se a lei Arouca garante aos povos indígenas do Brasil um subsistema que preconiza um atendimento específico e diferenciado, por que não trabalhar de fato de forma específica e diferenciada, fazendo um levantamento e planejamento epidemiológico e sazonal de cada povo. Há doenças que são sazonais, como problemas respiratórios, diarreia, gripe e outros. Mas há também outros agentes de cura e outros itinerários terapêuticos que poderiam ser mapeados, caso a lei estivesse em pleno vigor, tendo em vista que o DSEI de Cuiabá é responsável pelo atendimento de saúde de dez povos do estado de Mato Grosso, cada um com costumes, crenças e rituais sagrados diferentes que devem ser respeitados.

Dessa maneira, o sistema de atenção à saúde não está desacoplado de outros aspectos gerais da cultura, assim como um sistema social não está dissociado da organização social de um grupo. Consequentemente, a maneira através da qual um determinado grupo social pensa e se organiza, para manter a saúde e enfrentar episódios de doença, não está dissociado da visão de mundo e da experiência geral que esse tem a respeito dos demais aspectos e dimensões socioculturalmente informados. Será somente a partir da compreensão dessa totalidade que serão apreendidos os conhecimentos e práticas atrelados à saúde dos sujeitos formadores de uma sociedade portadora de um sistema, ou cabedal cultural, próprio. (LANGDON e WIIK, 2010: 176)

Desta forma podemos afirmar que não se pode pensar a saúde indígena específica e diferenciada, como no caso da saúde do povo indígena Guató da TI Baía dos Guató, dissociado do processo histórico de contato, mas acima de tudo respeitando suas crenças e costumes tradicionais, organização social, cosmologia, questões socioeconômicas, visão de mundo, escolaridade.

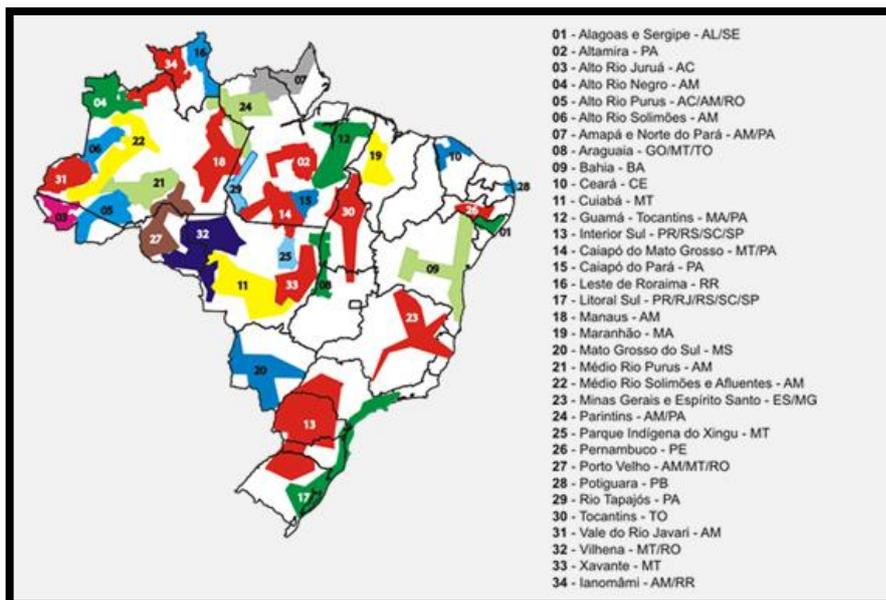


Figura 20 – Distribuição geográfica dos DSEI no BRASIL. Fonte: CARDOSO, 2015: 87)

No Brasil existem 34 DSEIs. O DSEI de Cuiabá é o de número 11, mas em Mato Grosso existem outros DSEIs, que seguem os mesmos modelos de assistência, cada um com suas particularidades, mas com o mesmo modelo de atendimento.

Dentro desse modelo de assistência existe o Controle social que são os conselhos locais de cada povo e os conselhos distritais com representantes de cada conselho local e governo prestadores de serviço e organizações sociais e universidades. O controle social tem um papel fundamental nas tomadas de decisões e acompanhamento das ações da saúde indígena.

A atenção é diferenciada até certo ponto porque ultimamente estamos observando um retrocesso na saúde indígena com vários cortes no teto dos DSEIs, redução dos dias trabalhados, a desvalorização de trabalhadores indígenas, das formas políticas de organização territorial, representação e participação neste cenário. Muitos dos conselheiros acompanharam todos esses processos de transição da Saúde indígena da FUNAI para a FUNASA e da FUNASA para SESAI. Muitos indígenas acreditavam que os distritos teriam autonomia gestora, mas não foi o que aconteceu. O que vem acontecendo é a terceirização dos serviços e muitos contratos por indicações políticas.

Depois que se deu a centralização de recursos na área central, tudo tem de ser justificado e solicitado com 10 dias de antecedência, ou seja, a tão sonhada autonomia gestora e financeira não acontece e, ano após ano, vêm acontecendo cortes significativos no teto dos DSEIs, que afetam o atendimento nas aldeias e a prevenção e promoção de saúde, que já não acontecem periodicamente, pelo que tem sido vivenciado e relatado pelos Guató da TI Baía dos Guató. Segundo Cardoso (2015), os DSEIs têm apresentado uma baixa resolutividade das ações prestadas em algumas regiões, alto índice de demanda por consultas especializadas e internações hospitalares e a ênfase no consumo de medicamentos (CARDOSO, 2015: 90). Os DSEIs não têm conseguido cumprir com o seu papel e os atendimentos têm se baseado mais em ações curativas do que preventivas, o que enfraquece o subsistema e aumenta os gastos com medicações e combustível para o transporte de pacientes.



Figura 21 - Áreas programáticas dos DSEI. Fonte: Ministério da Saúde

Na figura 21, são listadas as dez áreas programáticas do DSEI mas poucas delas têm ações concretas sendo desenvolvidas nas áreas indígenas, principalmente na TI Baía dos Guató. O povo Guató está há pelo menos cinco anos sem assistência odontológica, por falta de uma cadeira especializada e, principalmente, por falta de uma boa gestão e organização de serviço, porque tem o profissional contratado, mas não estão sendo ofertadas condições de trabalho. Falta o controle social assumir de vez o seu papel e garantir um serviço de qualidade nas bases que são as aldeias. Mas fica a dúvida que não se cala: atenção específica e diferenciada até qual ponto e para quem?

## Referências

- CABRAL, A. L. L. V.; et al. Itinerários terapêuticos: o estado da arte da produção científica no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16 (11): 4433-4442, 2011.
- CARDOSO, Marina D. “Políticas de saúde indígena no Brasil: do modelo assistencial à representação política”. In: LANGDON, E. J.; CARDOSO, M. D. (orgs.). *Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina*. Florianópolis: EdUFSC, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. V Conferência Nacional de Saúde Indígena 2013, *Relatório Final*. Brasília, 2015.
- CORDEIRO, M. A. S.; MONTARDO, D. L. O. “‘Um corpo mar gerado, mar formado, é um corpo doente, sim senhora’: os resguardos de corpo e de boca e a construção de corpos saudáveis no Baixo Amazonas”. In: MALUF, S. W.; SILVA, E. Q. (orgs.). *Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde: etnografias comparadas*. Florianópolis: EdUFSC, 2018. pp. 265-288.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Guató: argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996

EREMITES DE OLIVEIRA, J. O uso tradicional da palmeira acuri pelos índios Guató e suas implicações para a arqueologia do Pantanal. *Clio*, 4: 281-298, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Os argonautas Guató: aportes para os conhecimentos dos assentamentos e de subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal mato-grossense*. Porto Alegre, janeiro de 1995.

FOUCAULT, M. “O Sujeito e o poder”. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel *Foucault: uma trajetória filosófica*. São Paulo: Forense Universitária, 1995. pp. 231-278.

GEERTZ, Clifford. “Uma Descrição Densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. pp. 13-41.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, 46 (2), 2003.

GUATÓ - Povos Indígenas no Brasil - Pib Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>. Acesso em: 25.set.2022

JUSTIÇA determina reintegração de posse da Terra Indígena Baía dos Guató em MT. Cuiabá, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.issoenoticia.com.br/noticia/68122/justica-determina-reintegracao-de-posse-da-terra-indigena-baia-dos-guato-em-mt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LANGDON, E. J. “Breve histórico da Antropologia da Saúde”. “In: *A negociação do oculto: xamanismo, família e medicina entre os Siona no contexto pluriétnico*. Trabalho apresentado para o concurso de professor titular na UFSC, 1994. mimeo.

LANGDON, E. J. “Representações de doenças e itinerários terapêuticos dos Siona da Amazônia Colombiana”. In: SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. (orgs.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. pp. 115-142.

LANGDON, E. J.; WIIK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18 (3): 173-181, 2010.

MALUF, Sônia W. Mitos coletivos, narrativas pessoais: cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas da “Nova Era”. *Mana*, 11 (2): 499-528, 2005

MATOS, Marco José dos Santos. *Os Guató Segundo Hercule Florence: Historiografia e Ensino de História Indígena*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

PIZZINI, J. (Dir.). *500 Almas*. Brasil: Riofilme, 2004. 109min.

RABELO, M. C. M.; ALVES, P. C. B.; SOUZA, I. M.A. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 264 p.

SANTOS, R.V.; COIMBRA JR., C. E. A. (orgs.). *Saúde e povos indígenas* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 251 p.

## DOSSIÊS APROVADOS 2025-2027

VOLUME 12, NÚMERO 28 (JANEIRO-ABRIL DE 2025)

***Antropologias dos desertos: Ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação***

Dra. Antonela dos Santos (Universidad de Buenos Aires, CONICET)

Dr. Gabriel Rodrigues Lopes (UFS)

Dr. Pedro Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba, CONICET)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 28 (MAIO-AGOSTO DE 2025)

***Mídias digitais e suas implicações na vida cotidiana: contribuições antropológicas***

Dra. Carolina Parreiras (USP)

Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 30 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2025)

***Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado***

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 31 (JANEIRO-ABRIL DE 2026)

***Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis***

Dra. Jane Felipe Beltrão, (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 32 (MAIO-AGOSTO DE 2026)

***Masculinidades, curso de vida e cuidado***

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 33 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2026)

***Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades***

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

As submissões serão abertas em torno de seis meses antes da data de publicação. Cadastre-se no portal da Revista Aceno para receber as notificações. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/index>